



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**  
**CURSO DE INFANTARIA**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A Guerra do Yom Kippur: O sucesso das Forças de Defesa  
de Israel contrariando a lógica**

**Autor:** Aspirante Aluno de Infantaria Gabriel António de Sousa Batista

**Orientador:** Major de Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita

**Lisboa, Agosto de 2011**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
CURSO DE INFANTARIA**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A Guerra de Yom Kippur: O sucesso das Forças de Defesa  
de Israel contrariando a lógica**

**Autor:** Aspirante Aluno de Infantaria Gabriel António de Sousa Batista

**Orientador:** Major de Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita

**Lisboa, Agosto de 2011**



## DEDICATÓRIA

Ao meu avô, Júlio de Sousa Alves  
cujo exemplo de vida, amizade e valores  
recordo com imenso carinho e saudade.  
Aos meus pais Carlos Batista e Maria Leonor,  
aos meus irmãos, Mariana e Rui  
pelo apoio, compreensão e afecto.

Muito obrigado a todos.



## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada contou com a colaboração de algumas pessoas e instituições, que fizeram com que o sucesso do nosso estudo fosse alcançado.

Gostaria, portanto, de expressar nesta página o meu sincero agradecimento a todas as pessoas que caminharam ao meu lado na concretização deste objectivo.

Ao senhor Major de Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita, na qualidade de orientador, por ter acolhido a minha solicitação e pela sua inteira disponibilidade na transmissão de conhecimentos valiosíssimos para poder levar a cabo este estudo. A sua dedicação e empenho foram uma mais-valia que em muito me ajudaram a seguir o caminho que traçámos no início da investigação.

Ao senhor Tenente-coronel de Infantaria Alexandre Carriço, pela disponibilidade demonstrada em acolher a minha solicitação e ao seu auxílio, prontificando-se a prestar a sua ajuda e esclarecimentos de grande valor no âmbito das Relações Internacionais.

À D. Paula, da Biblioteca da Academia Militar, pelo seu conhecimento, a sua disponibilidade, amizade e paciência, fazendo dia-a-dia todos os possíveis para que os Alunos desta Casa alcancem o sucesso.

A todas as pessoas que trabalham nos Arquivos visitados por mim durante a análise documental que foi necessária para realizar o trabalho, nomeadamente o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros pelo apoio, consideração e profissionalismo demonstrados durante a minha presença.

A todas as pessoas que me ajudaram a dar forma a este trabalho, por mais insignificante que fosse, toda a ajuda que me puderam prestar foi sempre bem recebida.

À minha família pela educação assente em valores que fazem de mim o homem que sou hoje, e que se tem constituído num marco inspirador de momentos difíceis da minha vida.

Aos meus amigos, aqueles que nunca se afastam quando surgem os problemas.

Ao curso de Infantaria Capitão André Furtado de Mendonça, pelas dificuldades que em conjunto passámos, e pelas vitórias que, invariavelmente, fomos conquistando. Sem vós ao meu lado, nada teria o mesmo significado.

Os meus agradecimentos.



## RESUMO

O objectivo da presente investigação é abordar, sob duas perspectivas diferentes, a Guerra do Yom Kippur, um conflito que envolveu o Estado de Israel, o Egipto e a Síria, em Outubro de 1973. A primeira prende-se com a análise do conflito de uma forma que nos permite obter um melhor conhecimento da Guerra do Yom Kippur.

A segunda abordagem deste estudo baseia-se em informação científica que engloba assuntos relacionados com a Diplomacia, do âmbito das Relações Internacionais mantidas pelos diferentes países envolvidos no conflito.

Sabendo à partida que Israel poderia ter sido surpreendido e correu um sério risco de ser derrotado e porventura destruído enquanto Estado, pretendemos saber como foi possível Egipto e Síria terem surpreendido Israel de forma tão eloquente. Também quisemos saber que factores permitiram a Israel contrariar a lógica, impedir a sua derrota quando parecia caminhar para a mesma.

Noutro âmbito, analisámos as relações diplomáticas mantidas durante os anos que antecederam a Guerra do Yom Kippur e vimos como elas influenciaram os acontecimentos, tanto no período temporal que antecedeu o conflito como na resolução do mesmo. Relativamente a Portugal, tentámos e conseguimos perceber que postura que o nosso país adoptou perante o conflito.

Assim, este estudo foi organizado em três partes. Na primeira, caracterizámos o ambiente que se vivia, que tipos de relações externas se mantinham na época no Médio Oriente, principalmente após a Guerra dos Seis Dias até à Guerra do Yom Kippur, que serve de enquadramento.

Na segunda parte, analisámos o conflito e os aspectos inerentes à compreensão do mesmo, que nos permitiram perceber claramente o desenvolvimento dos acontecimentos. Por último, dedicámos um capítulo ao estudo da posição portuguesa perante o desenrolar deste conflito.

**Palavras-chave:** Conflito; Diplomacia; Lógica, Surpresa



## **ABSTRACT**

The aim of the present study is to approach, in two different ways, the Yom Kippur War, a conflict that involved the State of Israel, Egypt and Syria, on October 1973. The first one is the analysis of the conflict itself as it was requested by our subject which will provide a better understanding of the Yom Kippur War.

The second approach of this study relies on scientific information to do with the Foreign Affairs and International Relationships between the several countries involved in the conflict.

Knowing that facing such an attack Israeli forces were initially swiftly overwhelmed, running a serious risk of being defeated, and therefore terminated as a State, we intended to understand how Egypt and Syria came to plan such an attack. We also wanted to know which factors made it possible for Israel to go against logic, avoiding its defeat at a point where the military signs were ominous for Israel.

In the other part, we analyzed the diplomatic relations during the years prior to the Yom Kippur War, so we could understand how they influenced, both the period just before and the way they impacted on the solution of the conflict. At the same time, we tried to know, and we were welll succeed, which political position Portugal adopted during the conflict.

This study is divided in three different parts. In the first one, we characterized the society, the different types of current foreign affairs policies in the Middle East, mainly in the time between the Six Days War and the Yom Kippur War.

In the second part, we analyzed the Yom Kippur War and its main events, in order to understand the conflict more extensively. And lastly, we dedicated our attention to a chapter regarding Portugal's political position during the conflict.

**Key Words:** Conflict; Diplomacy; Logic; Surprise;



## INDICE

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	i
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	ii
<b>RESUMO</b> .....	iii
<b>ABSTRACT</b> .....	iv
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	vi
<b>ÍNDICE DE QUDROS E TABELAS</b> .....	viii
<b>SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1.ENQUADRAMENTO HISTÓRICO</b> .....	6
1.1. ANTECEDENTES: CONTEXTO POLITICO E SOCIAL.....	7
1.2. OS CONTENDORES.....	11
1.2.1. FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL.....	11
1.2.2. PAÍSES ÁRABES.....	12
<b>2. A GUERRA DO YOM KIPPUR</b> .....	13
2.1. INFORMAÇÕES.....	14
2.2. FRENTE SUL.....	17
2.3. FRENTE NORTE.....	22
2.4. ACÇÕES DIPLOMÁTICAS.....	26
2.5. O FIM DA GUERRA.....	30
<b>3. ACÇÕES DE PORTUGAL NA GUERRA DO YOM KIPPUR</b> .....	32
<b>CONCLUSÕES</b> .....	35
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	40
<b>ANEXO A – FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	44
Documento 1 – Resolução 242 de 22NOV1967 do Conselho de Segurança da ONU... 44	
Documento 2 – Resolução 338 de 22OUT1973 do Conselho de Segurança da ONU... 46	
Documento 3 – Ofício nº 192 de 26MAI1972 da Embaixada Portuguesa em Beirute.... 47	
Documento 4 – Ofício nº 296 de 16DEC1969 da Embaixada Portuguesa em Telavive. 49	
Documento 5 – Circular de 28JAN1971 do Ministério dos Negócios Estrangeiros..... 52	
Documento 6 – Apontamento de Marçal de Almeida de 12SET1967..... 53	
Documento 7 – Circular de 8JUN1967 do Ministério dos Negócios Estrangeiros..... 54	
<b>ANEXO B – FIGURAS</b> .....	57
<b>ANEXO C – QUADROS E TABELAS</b> .....	70



## INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Golda Meir.....	57
FIGURA 2 - Moshe Dayan.....	57
FIGURA 3 - Yigal Allon.....	57
FIGURA 4 – Levi Eshkol.....	57
FIGURA 5 – Lyndon Johnson.....	58
FIGURA 6 - Gamal Abdel Nasser.....	58
FIGURA 7 – Anwar Sadat.....	58
FIGURA 8 – Hafez al-Assad.....	58
FIGURA 9 – Mapa da região do Médio Oriente.....	59
FIGURA 10 – Mapa de Israel antes da Guerra dos Seis Dias.....	60
FIGURA 11 – Mapa de Israel depois da Guerra dos Seis Dias, com territórios anexados..	60
FIGURA 12 – Mapa de Israel após a Guerra do Yom Kippur.....	61
FIGURA 13 – Frente Norte da Guerra do Yom Kippur.....	61
FIGURA 14 – Frente Sul da Guerra do Yom Kippur.....	62
FIGURA 15 – Canal do Suez.....	63
FIGURA 16 – Linha de Bar-Lev.....	63
FIGURA 17 – Caça A-4 Skyhawk.....	64
FIGURA 18 – Caça F-4 Phantom.....	64
FIGURA 19 – Caça Mystere IV-4.....	64
FIGURA 20 – Caça Mirage.....	64
FIGURA 21 – Carro de Combate M60.....	65
FIGURA 22 – Carro de Combate M48.....	65
FIGURA 23 – Carro de Combate Centurion.....	65
FIGURA 24 – Obus Auto propulsado Sherman M 50 155mm.....	65
FIGURA 25 – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal M113.....	66
FIGURA 26 – Caça MiG 17.....	66
FIGURA 27 – Caça MiG 19.....	66
FIGURA 28 – Caça Su 7B.....	66
FIGURA 29 – Caça MiG 21.....	67
FIGURA 30 – Helicóptero Mi 8.....	67
FIGURA 31 – Carro de Combate IS 3.....	67
FIGURA 32 – Carro de Combate T-54.....	67
FIGURA 33 – Carro de Combate T-62.....	68
FIGURA 34 – Viatura de Combate de Infantaria BTR-152.....	68
FIGURA 35 – Viatura de Combate de Infantaria BTR-60.....	68



FIGURA 36 – Viatura de Combate de Infantaria BTR-50.....	68
FIGURA 37 – Viatura de Combate de Infantaria BMP-1.....	69
FIGURA 38 – Canhão rebocado de 152mm.....	69
FIGURA 39 – Canhão rebocado de 122mm.....	69
FIGURA 40 – Sistema lança mísseis antiaéreo SA-6.....	69



## **ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS**

TABELA 1 – Militares projectados no TO da Guerra do Yom Kippur.....	70
TABELA 2 – Baixas provocadas pela Guerra do Yom Kippur.....	70



## SIGLAS E ABREVIATURAS

**ADN** \ Arquivo de Defesa Nacional

**AHD** \ Arquivo Histórico-Diplomático

**AHM** \ Arquivo Histórico-Militar

**AM** \ Academia Militar

**CB** \ Campo de Batalha

**CC** \ Carro de Combate

**EME** \ Estado Maior do Exército

**EUA** \ Estados Unidos da América

**FAI** \ Força Aérea Israelita

**FDI** \ Forças de Defesa Israelitas

**IESM** \ Instituto de Estudos Superiores Militares

**IPB** \ Intelligence Preparation of Battlefield

**MDN** \ Ministério da Defesa Nacional

**MNE** \ Ministério dos Negócios Estrangeiros

**NARA-AAD** \ The National Archives – Access to Archival Database

**OLP** \ Organização para a Libertação da Palestina

**ONU** \ Organização das Nações Unidas

**TIA** \ Trabalho de Investigação Aplicada

**TO** \ Teatro de Operações

**TPOI** \ Tirocínio Para Oficial de Infantaria

**URSS** \ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**VBTP** \ Viatura Blindada de Transporte de pessoal

**VCI** \ Viatura de Combate de Infantaria

**m** \ metro(s)

**km** \ Quilómetro(s)



## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no âmbito do Estágio de Natureza Profissional, inserido no Tirocínio Para Oficial de Infantaria (TPOI) dos Alunos da Academia Militar (AM), tendo em vista a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares.

A realização deste TIA, materializado na investigação que se apresenta, pretende estudar um assunto cuja importância é elevada para qualquer Oficial da Arma de Infantaria, uma vez que o mesmo deve ter em consideração ensinamentos que lhe chegam do passado, nomeadamente na hora de tomar decisões, já que as mesmas podem assumir uma importância vital para o desfecho das operações militares, no presente e no futuro. A juntar a esse facto, o nosso elevado interesse por assuntos desta natureza fez com que nos debruçássemos e envolvêssemos nesta investigação, que pretendemos levar a cabo de uma forma simples, sucinta e rigorosa.

O tema deste trabalho incide directamente num conflito ocorrido no Médio Oriente, entre as Forças de Defesa Israelitas (FDI) e alguns Estados Árabes pertencentes à Liga Árabe<sup>1</sup>, que teve o seu início em Outubro de 1973, e tem por nome “A Guerra do Yom Kippur: O sucesso das FDI contrariando a lógica”. Numa abordagem geral, pretendemos analisar a conjuntura que levou ao início do conflito, uma vez que achamos essencial que se faça um enquadramento para uma melhor compreensão do tema escolhido. Numa abordagem mais específica, decidimos colocar a seguinte pergunta de partida: “Quais os factores que permitiram às FDI contrariar a lógica?”

Para podermos dar resposta à pergunta de partida, sobre a qual incidiu a nossa pesquisa, e cujos resultados apresentamos nos capítulos seguintes, houve necessidade de levantar outras questões, a que chamamos de questões derivadas e que, na generalidade, contribuem significativamente para o nosso estudo, uma vez que nos darão respostas chave em relação ao mesmo.

Assim, para contextualizar a investigação e para que conseguíssemos ter uma base a partir da qual a iniciáramos, levantámos as seguintes questões derivadas: “Em que contexto ocorreu este conflito?” e “Quais os antecedentes que levaram à Guerra do Yom Kippur?”.

No que respeita à análise da Guerra do Yom Kippur, achámos relevante investigar se as FDI eram forças melhor preparadas para o combate do que as forças árabes. Tentaremos também avaliar que meios tinham ambos os contendores à sua disposição, bem como a forma como os seus comandantes conduziram as operações de combate. Com

---

<sup>1</sup> A Liga Árabe, em 1973, era constituída pela Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Egipto, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Síria, Sudão e Tunísia.



esse intuito, foi levantada a seguinte questão derivada: *“Como se prepararam Israel, Egito e Síria para a Guerra do Yom Kippur?”*.

No âmbito da postura do Governo Português em relação a este conflito, decidimos analisá-la sob duas vertentes: as acções diplomáticas do Governo do nosso país, as quais consideramos como acções indirectas e as acções directas. Para o primeiro caso, levantámos a seguinte questão: *“O Governo Português desenvolveu acções diplomáticas durante o conflito?”*.

Se analisarmos as acções directas, aquelas que directamente tiveram influência no desenvolvimento das acções de combate naquele Teatro de Operações (TO), quer através do envio de um Observador Militar, quer através do fornecimento de armamento, uma outra questão se coloca: *“Portugal terá tido alguma acção que tenha interferido directamente na Guerra do Yom Kippur?”*

No passo seguinte da metodologia que seguimos para a elaboração deste trabalho, colocámos diversas hipóteses, de forma a obter respostas às questões derivadas levantadas e que, simultaneamente, servissem de articulado para que pudéssemos elaborar e materializar o nosso estudo. Estas hipóteses, dependendo dos resultados da nossa investigação, serão confirmadas, não confirmadas ou parcialmente confirmadas no capítulo das conclusões do TIA.<sup>2</sup>

Assim sendo, decidimos levantar as seguintes hipóteses:

- “Era difícil chegar a uma base de entendimento, político, cultural ou social, entre o Estado de Israel e os países árabes”;
- “A Guerra dos Seis Dias<sup>3</sup> levou a que os países árabes quisessem recuperar o território perdido nesse conflito, lançando um ataque em Outubro de 1973”;
- “O excesso de confiança israelita nas FDI e no dispositivo defensivo ao longo do canal do Suez<sup>4</sup>, bem como a forma deficiente como analisou e tratou as informações que ia obtendo permitiram aos árabes lançar um ataque às suas fronteiras”;
- “Portugal manteve uma posição neutra no conflito”;
- “Portugal influenciou directamente as operações na Guerra do Yom Kippur.”;

A forma como organizámos o nosso trabalho foi a que nos pareceu mais lógica, mas sobretudo, a que nos pareceu adequada para ter sucesso na investigação. Iremos começar por descrever a evolução da política externa, através de um enquadramento histórico, onde abordaremos os antecedentes e o contexto daquela região do globo, dentro da janela de

<sup>2</sup> “Após a introdução ao capítulo são apresentadas as hipóteses e a sua confirmação total, parcial ou não confirmação” (Sarmiento, 2008, p. 105).

<sup>3</sup> Guerra que, em 1967, opôs Israel ao Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão, e na qual o Estado de Israel se apoderou da Península do Sinai, dos montes Golã, e da Cisjordânia.

<sup>4</sup> Ver figura 15.



tempo definida, demonstrando que as relações externas, principalmente entre os países envolvidos, eram demasiado voláteis, contrariando de forma muito significativa um avanço favorável à paz e à prosperidade naquela região. Neste contexto de instabilidade, qualquer tipo de acção implicaria consequências imprevisíveis, como, aliás, a eclosão da Guerra do Yom Kippur veio a provar.

Não se trata propriamente de uma novidade o que acabámos de referir, uma vez que a situação política no Médio Oriente tem sido acompanhada, de forma recorrente, quer pelos meios de comunicação social, quer pelos meios diplomáticos de diversos países, na esperança de se encontrar uma solução pacífica, que sirva da melhor forma os interesses de todas as partes envolvidas naquele processo. Porém, torna-se inegável a contínua dificuldade em se encontrar uma solução que satisfaça todas as Nações e povos envolvidos; situações que, como veremos, já se arrastam desde os tempos da proclamação de Estado de Israel<sup>5</sup>.

Este enquadramento serve como ponto de partida para a nossa investigação, uma vez que achamos imprescindível dar a conhecer no nosso estudo os antecedentes que levaram à Guerra do Yom Kippur. (Até porque necessitamos de justificar a ocorrência daquele conflito).

Posteriormente, achámos indispensável analisar que tipos de forças se opuseram no terreno. O tipo de armamento e tecnologias que equipavam essas forças, o modo como eram empregues no Campo de Batalha (CB).

Analisaremos também a Guerra do Yom Kippur, descrevendo os aspectos que julgámos indispensáveis para o entendimento daquele conflito, desde a conduta de algumas operações de combate por parte dos comandantes, até à forma como ficou decidido. Julgamos que, só analisando estes factores, poderemos perceber as diferenças entre os dois contendores e responder à pergunta de partida formulada no início da investigação que aqui apresentamos.

Por fim, tentaremos evidenciar a posição que Portugal adoptou em relação à Guerra do Yom Kippur, nomeadamente todas acções tomadas pelo Governo Português, quer a nível diplomático, quer envolvimento directo no conflito. No que diz respeito ao nível diplomático, analisaremos as acções que o nosso País tomou através dos seus Embaixadores em Israel, no Egipto, na Síria ou na Organização das Nações Unidas (ONU). Ora estes embaixadores poderiam ter um papel activo na mediação de conversações de paz entre os contendores, representando o Governo Português, ainda que fosse difícil chegar a esse tipo de solução.

---

<sup>5</sup> No dia 14 de Maio de 1948 foi proclamado o Estado de Israel pelo futuro Primeiro-ministro David Ben-Gurion.



Quanto ao envolvimento directo no conflito, Portugal poderia ter enviado meios para operar naquele TO, fossem eles Observadores Militares ou outro tipo de forças. Poderia também ter fornecido meios materiais, sobretudo armamento. São questões que achamos relevantes e pertinentes, que valorizaram a nossa investigação e sobre as quais nos debruçámos.

Iremos, após apresentar todos estes dados, concluir o TIA com uma visão global e sintetizada em torno das questões derivadas levantadas ao longo da investigação, com o objectivo de dar respostas que confirmem as hipóteses que formulámos. No final estaremos em condições de dar também uma resposta à pergunta de partida de uma forma clara e concisa.

Na elaboração deste TIA recorreremos a instrumentos científicos que nos permitissem a obtenção de informação que viesse a valorizar este trabalho, e que tornassem possível a sua realização. Com base nesta necessidade, a nossa pesquisa assentará em duas vertentes: a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica<sup>6</sup>.

No que concerne à pesquisa de fontes bibliográficas, ela incidiu na recolha de informação proveniente de livros de leitura corrente, obras publicadas, artigos, revistas ou opiniões de personalidades, tidas por nós como credíveis, com inegável conhecimento de causa do tema que analisamos no TIA. Uma referência também à Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), onde acedemos a informação obtida anteriormente, já analisada, estruturada e materializada noutros estudos por Oficiais da Armada, do Exército e da Força Aérea que ali frequentaram cursos.

Relativamente à forma documental, a recolha de informação realizou-se junto de documentos que não terão sido objecto de uma análise pormenorizada. No caso específico do objecto de investigação em causa, existem um conjunto de fontes bibliográficas que se referem ao tema em estudo, tendo nós considerado algumas delas como essenciais para a investigação. Neste sentido, foi imperativo consultar as fontes que os diversos arquivos disponibilizam, nomeadamente: Arquivo Histórico Diplomático (AHD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE); Arquivo Histórico Militar (AHM) do Estado-Maior do Exército (EME) em Lisboa; Arquivo de Defesa Nacional (ADN) do Ministério da Defesa Nacional (MDN); The National Archives – Access to Archival Database (NARA-AAD).

A pesquisa no AHD permitiu-nos aceder a fontes primárias que valorizaram cientificamente o nosso trabalho, uma vez que ali obtivemos documentos originais das Embaixadas Portuguesas referindo-se concretamente ao tema deste TIA, correspondência entre o Governo e os Embaixadores em funções naquela época. Foi, sem dúvida alguma,

---

<sup>6</sup> Para levar a cabo esta pesquisa, baseámo-nos no Método Histórico, que “analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à constituição, ao desenvolvimento, à formação e às consequências do fenómeno” (Sarmiento, 2008, p.5).



um centro de aquisição de informações que considerámos primordial para o nosso estudo, uma vez que se tratam de fontes primárias.

Os outros três arquivos a que fizemos referência, concretamente o AND, o NARA – AAD e o AHM, não sendo pormenorizados, não significa que não tivessem sido por nós visitados ou que não se tivesse encontrado neles informação relevante para o nosso estudo, simplesmente julgamos que as principais fontes de informação foram aquelas a que nos referimos anteriormente. No entanto, e na eminência de valorizar o nosso trabalho, esteve sempre no nosso horizonte o acesso a estes arquivos, tendo em conta a informação que dali poderia advir. Neste caso, o nosso interesse seria extrair informação que validasse as hipóteses por nós levantadas. Estes documentos referem-se ao ano de 1973<sup>7</sup>.

Importa salientar que neste TIA, o que queremos evidenciar são os aspectos já descritos na nossa pergunta de partida e questões derivadas. Para tal, foi necessário delimitar o nosso trabalho, quer temporal quer espacialmente<sup>8</sup> uma vez que se tal não fosse feito, correríamos o risco de não orientar a nossa investigação de acordo com o que nos propusemos. Assim sendo, o nosso estudo analisou as ocorrências, durante o período de seis anos, de 1967<sup>9</sup> até ao ano de 1973. No que diz respeito ao espaço, delimitámos o nosso estudo ao Estado de Israel e às suas fronteiras com os países árabes, nomeadamente o Egito a Oeste, a Jordânia a Este, a Síria a Nordeste e o Líbano a Norte, dando especial ênfase ao canal de Suez e aos montes Golã.<sup>10</sup>

Na elaboração de um trabalho deste género, é essencial o investigador manter a sua imparcialidade desde o início até ao final da pesquisa, uma vez que só desta forma, as considerações finais são resultado exclusivo da análise e interpretação dos factos. Achamos que deve ser uma das imagens de marca de um estudo desta dimensão, uma vez que se trata de um tema cujo domínio científico se centra na História e Relações Internacionais. Para que tal imparcialidade se verifique, devemos consultar tantas fontes de informação quanto as possíveis, tendo sempre em conta ambos os contendores, independentemente de estas virem a ser citadas ou referenciadas neste trabalho.

Embora, inicialmente, contássemos em ter alguma dificuldade no acesso a fontes que tivessem em linha de conta o ponto de vista dos países árabes, esta veio a revelar-se uma dificuldade acrescida para esta investigação. A grande maioria das fontes existentes ou são pró Israel, ou apenas analisam a Guerra do Yom Kippur sob o ponto de vista ocidental, facto que dificultou a imparcialidade referida anteriormente. Porém, julgamos ter conseguido uma boa gestão desta dificuldade e ultrapassado este obstáculo, apresentado uma investigação em que os diversos ângulos são expostos e analisados de forma objectiva e imparcial.

<sup>7</sup> Ano em que ocorreu a Guerra do Yom Kippur.

<sup>8</sup> Esta delimitação é essencial, uma vez que “... a investigação histórica carece de ser enquadrada no espaço e no tempo” (Mendes, 1987, p. 27).

<sup>9</sup> Ano em que ocorreu a Guerra dos Seis Dias.

<sup>10</sup> Ver Figura 9.



## **1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

Neste capítulo, a nossa intenção passa por perceber em que contexto ocorreu a Guerra do Yom Kippur, o que fez com que este conflito acontecesse. Como dissemos anteriormente, a nossa investigação começa por analisar como foi abordada e gerida a crise no Médio Oriente após a Guerra dos Seis Dias. Como geriu a vitória o Estado de Israel e como geriu a derrota o mundo árabe. Tentámos apurar quais os momentos chave que projectaram um novo conflito, que tipo de postura adoptaram os governos dos respectivos países, uma vez que essa postura defraudava um entendimento pacífico entre árabes e israelitas<sup>11</sup>.

Pretendemos, portanto, dar a entender os diversos pontos de vista, quer o israelita quer o árabe<sup>12</sup>. Pretendemos também evidenciar os esforços feitos, quer pela ONU, quer pelos Estados Unidos da América<sup>13</sup> (EUA) isoladamente, para mediar as conversações de paz de forma a evitar novos conflitos na região, esforços que se viriam a revelar infrutíferos, uma vez que as propostas que eram apresentadas não eram aceites, ou por Israel, ou pelos estados árabes, fazendo com que o acordo total, que satisfizesse todas as partes envolvidas no processo nunca fosse alcançado. Havia, já nessa altura, diferenças culturais, ideológicas e sociais que faziam com que o sucesso nas negociações nunca fosse uma realidade.

Por outro lado, é importante saber que tipos de forças se defrontaram na Guerra do Yom Kippur, perceber as diferenças entre elas, o tipo de material que era utilizado no CB, quer pelas FDI, quer pelos exércitos dos países árabes. Naturalmente que as forças projectadas no TO eram diferentes, uma vez que o conceito de empregos das forças entre os contendores era diferente. As diferenças no material utilizado, a forma como tinha que ser manuseado esse material, as fontes de doutrina assim o impunham. Tentámos portanto, ainda que de forma substancial, analisar as FDI e as Forças Armadas de Egipto e Síria.

Não analisámos de forma profunda as referidas forças porque é nossa intenção dar uma perspectiva global da Guerra do Yom Kippur. De acordo com a nossa linha de raciocínio, não se justifica aprofundar demasiado a análise dessas forças, bem como qualquer acção de combate desenvolvida no TO. Interessa evidenciar algumas diferenças, tendo também em conta as relações externas que Israel, Egipto e Síria mantinham naquela altura, uma vez que analisando o equipamento que levavam para o CB, é possível perceber que tipos de relações externas existiam e com quem se relacionavam os contendores da Guerra do Yom Kippur.

---

<sup>11</sup> Ver Documento 3.

<sup>12</sup> Referimo-nos ao ponto de vista árabe porque, na generalidade, ele era partilhado por todos os Estados membros da Liga Árabe.

<sup>13</sup> Outros países também se envolveram diplomaticamente, mas os EUA foram mais influentes.



## 1.1. ANTECEDENTES: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

Com o final da Guerra dos Seis Dias, a situação política no Médio Oriente, que antes era degradada, passou a sê-lo ainda mais. Com efeito, ela veio contribuir para que o ódio e a intolerância por parte dos países árabes com Israel, situação que se verificava desde antes da proclamação do estado judeu, fosse ainda mais evidente e intensa do que até aí.

Como resultado desta guerra, Israel apoderou-se de territórios que anteriormente eram dominados pelos países árabes. Israel passou a controlar a Cisjordânia (pertença da Jordânia), os montes Golã (pertença da Síria), estendeu a sua fronteira ocidental pelo deserto do Sinai até á margem leste do canal de Suez (pertença do Egipto) e passou também a controlar a Faixa de Gaza<sup>14</sup>. Esta apropriação israelita foi muito mal recebida pelo mundo árabe, uma vez que, além de sofrida uma derrota esmagadora, ainda viram território que lhes pertencia ser-lhes retirado e ocupado pelo rival. Estes factos criaram um mal-estar na região que se foi agravando com o decorrer do tempo.

A ocupação daqueles territórios poderia vir a levantar questões para as quais Israel não tinha resposta e poderiam surgir problemas que Israel não estava preparado para enfrentar. No entanto, Israel estava convicto de que, ao ser um ocupante benigno, estimulando a prosperidade, era possível a coexistência dos dois povos dentro das novas fronteiras. Ainda assim, esta opinião não gerava consenso.

“Moshe Dayan,<sup>15</sup> estava preparado para deixar as responsabilidades administrativas em mãos árabes, mas não pretendia ir mais longe do que isso<sup>16</sup>. Quando foi sugerida a criação de uma entidade palestina independente na Cisjordânia, intenção da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Dayan recusou-se a considerá-la.”<sup>17</sup>. Israel adoptara uma postura pacifista, que lhe permitia manter um controlo, embora à distância, de “todos os árabes que habitavam nas regiões anexadas.”<sup>18</sup>.

Mal a Guerra dos Seis Dias terminou, em meados de Julho de 1967, Israel apresentou propostas de paz ao Egipto e à Síria, por intermédio dos EUA. Nessas propostas, Israel estava disposto a recuar da maior parte do território da Cisjordânia, recorrendo apenas a alguns ajustes de pormenor nas fronteiras. A resposta árabe foi contundente: “Não à paz. Não às negociações. Não ao reconhecimento.”<sup>19</sup> Israel tomou consciência da reduzida

---

<sup>14</sup> Ver figuras 10 e 11.

<sup>15</sup> Ver figura 2.

<sup>16</sup> Ministro da Defesa de Israel entre 1967 e 1974.

<sup>17</sup> Gilbert, 1998, p. 440.

<sup>18</sup> Smith, 2008, p. 78.

<sup>19</sup> Cimeira árabe de Cartum, Setembro de 1967 (Grabbe, 1997, p. 231).



predisposição árabe para seguir a via diplomática. Alguns comentadores afirmaram que “era difícil para o carácter árabe aceitar a «humilhação» das conversações após a derrota.”<sup>20</sup>

Outra tentativa foi através da implementação do plano Allon<sup>21</sup>, cujas medidas foram aprovadas no Parlamento israelita em 1973<sup>22</sup>. Estas medidas previam que todas as actividades israelitas nos territórios anexados se cingissem apenas às áreas que Israel tencionava manter, ponderando abandonar todas as outras. Mais uma vez os países árabes recusaram a proposta, deixando pouco espaço de manobra para que a diplomacia pudesse traçar o caminho da paz no Médio Oriente. Começava a ser óbvio que a diplomacia não interessava aos árabes.

Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 242<sup>23</sup> de 22 de Novembro de 1967, que viria a ter um grande impacto nas relações israelo-árabes. O documento exigia a retirada de Israel “de<sup>24</sup> territórios ocupados” na Guerra dos Seis Dias, e requeria o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. A ONU pretendia pôr fim a todas as hostilidades e promover “o fim de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, da integridade territorial e da independência política de todos os Estados...”<sup>25</sup>.

Este conceito aplicava-se tanto a Israel como aos países árabes, que no entanto, tinha sido recusado até então por ambas as partes. A boa vontade era uma virtude que nenhuma das partes aparentava ter ainda que Israel mostrasse mais disposição de negociar. No entanto, essa boa vontade deveria estar bem vincada e manifestar-se no processo de negociações de paz. Sem ela, tudo ficava difícil, o insucesso nas negociações começava a ser uma realidade constante e perturbadora.

Entretanto, após a Guerra dos Seis Dias, o Presidente do Egipto, Nasser<sup>26</sup>, pediu a sua demissão, devido à estrondosa derrota sofrida às mãos de Israel<sup>27</sup>, mas recuou na sua decisão devido a manifestações de apoio. Egipto e Síria começaram então a desenvolver contactos com a ex - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tendo em vista o seu rearmamento.<sup>28</sup> Começou a chegar a solos árabes material de guerra proveniente da ex

<sup>20</sup> Gilbert, 1998, p. 442.

<sup>21</sup> Ver figura 3.

<sup>22</sup> Yigal Allon, vice Primeiro-ministro Israelita, idealizou um plano que “assentava na premissa de que, para continuar a ser um Estado judaico e democrático, (...) Israel não poderia continuar a governar os 1,2 milhões de árabes que viviam nos territórios ocupados em 1967.” (Gilbert, 1998, p. 448).

<sup>23</sup> Ver Documento 1.

<sup>24</sup> A utilização da palavra “de”, “para os estados árabes, significava a retirada de todos os territórios ocupados. Para Israel, apenas seriam evacuados territórios num contexto geral de paz.” (Gilbert, 1998, p. 440). Ou seja, Israel permaneceria, desde que a paz não fosse posta em causa.

<sup>25</sup> Gilbert, 1998, p. 440.

<sup>26</sup> Ver figura 6.

<sup>27</sup> Gamal Abdel Nasser foi Presidente do Egipto desde 1954 até 1970, ano da sua morte.

<sup>28</sup> Após a Guerra dos Seis Dias, Egipto e Síria perderam grande parte dos seus recursos. As suas frotas aéreas tinham sido completamente aniquiladas pela Força Aérea Israelita. Após destruir as frotas aéreas inimigas, a aviação israelita destruiu grande parte dos meios terrestres dos seus inimigos, fazendo com que estes não tivessem possibilidades de continuar a lutar naquele conflito.



- URSS, de uma forma sucessiva e deliberada. Chegavam “também «observadores» soviéticos para treinar os egípcios no seu manuseio.”<sup>29</sup>

Como resposta, Israel construía a linha Bar-Lev<sup>30</sup>, uma linha defensiva fortificada no Sinai, na margem oriental do canal do Suez, para poder repelir qualquer tentativa egípcia que visasse a reconquista do território ocupado por Israel<sup>31</sup>. Aos ataques terroristas levados a cabo por radicais árabes, como por exemplo a Fatah<sup>32</sup>, Israel respondia com ataques cirúrgicos a objectivos militares ou a localidades.

Para conseguir fazer frente ao crescente poderio bélico dos países árabes, que tinham encetado negociações com a ex – URSS para reequipar as suas Forças Armadas, Israel, por intermédio de Levi Eshkol,<sup>33</sup> encontrou-se com Lyndon Johnson<sup>34</sup> no Estado do Texas. “Eshkol convenceu Johnson para que Israel adquirisse aviões *Phantom* aos EUA, tendo em conta o enorme contributo da ex – URSS para o rearmamento árabe e o embargo de armas imposto pela França a Israel após a Guerra dos Seis Dias.”<sup>35</sup> Este acordo fez com que os EUA se viessem a tornar o principal fornecedor de armas às FDI.

No dia 13 de Fevereiro do 1969, Levi Eshkol faleceu. A luta pela sucessão foi ganha por Golda Meir<sup>36</sup>. No seu primeiro comunicado como Primeira-ministra<sup>37</sup>, Meir disse que os governantes e o povo israelita “... estavam preparados para discutir a paz com os países vizinhos, a qualquer hora do dia. Nasser, três dias mais tarde, referiu que não há voz que transcenda o som da guerra nem chamamento mais sagrado que o chamamento à guerra.”<sup>38</sup>

Meir, ao mesmo tempo que seguia os passos de Eshkol e tentava chegar a entendimento com os países vizinhos, oferecendo-se para se deslocar ao Egipto e falar directamente com o Presidente Nasser,<sup>39</sup> ia também percebendo que essa não era a intenção dos árabes. Os árabes adoptavam uma postura agressiva e provocadora com Israel. Precavendo-se contra esse facto, desenvolvia contactos nos EUA e esperava convencer os norte-americanos a adoptarem uma posição pró Israel. Além disso, Meir afirmava que Israel precisava “de armas, e achei que devia ser eu a pedi-las aos EUA.”<sup>40</sup>

<sup>29</sup> Aragão, 2006, p. 83.

<sup>30</sup> Chefe de Estado-Maior Israelita em 1956. A linha a que fazemos referência ficou com o seu nome.

<sup>31</sup> Ver figura 16.

<sup>32</sup> “Quando Moshe Dayan ficou ferido, alegando que a escavação onde praticava arqueologia desabou, a Fatah afirmou que tais ferimentos se deviam a um ataque feito pelos próprios em Holon.” (Gilbert, 1998, p. 447).

<sup>33</sup> Levi Eshkol foi o terceiro Primeiro-ministro de Israel entre 1963 e 1969, ano da sua morte. Ver Figura 4.

<sup>34</sup> Lyndon Johnson foi o trigésimo sexto Presidente dos EUA, e ocupou o cargo em 1963, devido à morte de John Kennedy. Em 1964, foi reeleito para um mandato completo. Ver figura 5.

<sup>35</sup> Gilbert, 1998, p. 449.

<sup>36</sup> Ver figura 1.

<sup>37</sup> Ver Documento 4.

<sup>38</sup> Gilbert, 1998, p. 451.

<sup>39</sup> Um jornal Jordano escreveu que “Meir ficara à porta de uma casa para a qual não tinha sido convidada a entrar.” (Grabbe, 1997, p. 321).

<sup>40</sup> Aragão, 2006, p. 195.



Meir veio fortalecida dessa visita aos EUA, uma vez que pôde desafiar o mundo árabe como não pudera até então<sup>41</sup>. Israel começava a tomar uma posição deliberadamente contra a criação de um Estado Palestino<sup>42</sup>, afirmando que este seria apenas uma “base de terroristas entre nós e a Jordânia, de onde seria fácil atacar Israel.”<sup>43</sup> A rejeição do Estado Palestino era agora categórica. Além de tomar esta atitude, “... Israel sentia-se capaz de desafiar a Síria<sup>44</sup>...” na defesa da estabilidade na Jordânia, hipótese até então pouco provável e nunca sequer equacionada no Parlamento. No entanto, a guerra nunca viria a estar no pensamento dos israelitas, uma vez que confiavam muito em dois factores.

Um dos factores era a diplomacia<sup>45</sup>, outro era a qualidade das FDI. Estavam convictos de que o seu potencial de combate<sup>46</sup>, ao ser analisado pelos árabes, seria um factor suficientemente dissuasor para impedir os seus inimigos de partir para a luta armada. Prova disso são as palavras de Moshe Dayan, afirmando na altura que “a superioridade das nossas forças em relação às dos nossos inimigos é uma garantia de paz para nós e para os nossos vizinhos. Os egípcios que passem para a nossa margem do Suez! Pisamo-los. Esmago-os. Eles que venham.”<sup>47</sup> O tom confiante, desafiador e ameaçador de Dayan levava a crer que Israel estava mesmo preparado para um possível conflito.

Com estes desenvolvimentos, a atitude dos árabes era cada vez mais agressiva<sup>48</sup>. De facto, “... os árabes ressentiam-se da ocupação e alimentavam as suas ambições nacionais.”<sup>49</sup> Em Maio de 1973, os egípcios colocaram o seu exército em alerta elevado. Na margem ocidental do canal do Suez, o exército egípcio estava constantemente em exercícios. As suas unidades de Carros de Combate (CC) manobravam como nunca. Nos montes Golã, o cenário era idêntico. Estes factos eram desvalorizados por Israel, alegando que todos os exércitos poderiam levar a cabo exercícios de treino. Pura e simplesmente, Israel não acreditava que a guerra fosse o passo seguinte. Mas seria essa a realidade.

<sup>41</sup> Israel sabia da posição da ex - URSS. Meir sabia que, se os soviéticos usassem a força, Israel seria aniquilado. Os EUA confirmaram a Meir que, se a ex – URSS usasse a força, os EUA iriam em seu socorro. Era a segurança de que Meir precisava para ser mais agressiva.

<sup>42</sup> Os palestinos, sobretudo a OLP, queriam fixar-se entre Israel e a Jordânia e fundar a Palestina, que seria a sua Nação, alegando que aquela terra dera origem ao seu povo.

<sup>43</sup> Aragão, 2006, p. 196.

<sup>44</sup> A Síria tinha “ameaçado invadir a Jordânia. “Radicais palestinos afectos à OLP tentaram derrubar o Rei Hussein através de uma revolução.” (Gilbert, 1998, p. 458). Para dissuadir a ameaça síria (recorde-se que a Israel convinha manter boas relações com a Jordânia, e assim o aparecimento do Estado Palestino seria uma miragem), Israel “concentrou meios militares nos montes Golã, ameaçando a capital Damasco” (Grabbe, 1997, p. 341).

<sup>45</sup> Que falhara sempre até então, mas que parecia aos israelitas o caminho a seguir.

<sup>46</sup> Combinação de elementos de manobra, fogos, protecção e liderança no combate. A aplicação dos seus efeitos é efectuada de forma integrada, com factores multiplicadores de potencial, contra o inimigo de modo a criar um potencial esmagador no momento e local decisivos para atingir os efeitos desejados e cumprir a missão. (CID, 2007, p. 2-25).

<sup>47</sup> Gilbert, 1998, p. 466.

<sup>48</sup> Ver Documento 5.

<sup>49</sup> Aragão, 2006, p. 205.



Podemos afirmar que o ambiente vivido naquela altura, em especial depois da Guerra dos Seis Dias propiciou um jogo diplomático, em que as diferenças ideológicas, sociais, políticas e culturais ditaram uma falta de entendimento latente. Por outro lado, Israel, ao ocupar territórios árabes, abriu uma ferida no mundo árabe que nunca chegou a sarar, levando a uma sede de vingança e um ódio crescentes por parte da Liga Árabe, que possivelmente só desapareceria com a aniquilação do estado de Israel.

## **1.2. OS CONTENDORES**

Neste subcapítulo a nossa intenção é dar a conhecer as características das forças que se opuseram no conflito. Como referimos, vamos apenas salientar aspectos que consideramos essenciais para a nossa investigação, uma vez que é importante estabelecer um grau de comparação das forças que se opuseram no TO. A análise feita, portanto, foi superficial porque não é do nosso interesse focalizar a nossa atenção apenas e só no conflito, pois ele serve como ponto de partida desde o qual traçamos um fio condutor, orientador do nosso estudo. Perante a possibilidade de nos debruçarmos sobre outros assuntos, expostos oportunamente, não hesitámos em analisar o conflito apenas global e superficialmente.

Optámos por investigar que tipo de material as Forças de Egipto, Síria e Israel utilizaram naquele TO. Referimos anteriormente que os três países recorriam às duas superpotências da época para equiparem as suas forças, especialmente as componentes terrestre e aérea, uma vez que o conflito se desenvolveu maioritariamente no ar e no chão. O que pretendemos avaliar foram as diferenças que havia a nível de material e equipamento.

Outro aspecto que procurámos investigar foi o número de militares que cada um dos beligerantes projectou no TO<sup>50</sup>, para podermos, no final ter um termo de comparação das baixas ocorridas neste conflito<sup>51</sup>.

### **1.2.1. FORÇAS DE DEFESA ISRAELITAS**

Israel tinha noção de que era uma potência regional, devido à qualidade das FDI. As suas Forças Armadas tinham demonstrado todo o seu poderio na Guerra dos Seis Dias, derrotando de forma esmagadora os países árabes envolvidos na mesma, e supunha-se que, depois da derrota imposta aos árabes, estes ainda viviam as suas consequências e não estavam preparados para novo confronto. Na verdade, os israelitas julgavam nada ter a temer, e mesmo que os árabes decidissem partir para um conflito, as FDI deteriam o ataque, e posteriormente, infligiriam nova derrota aos seus rivais, os exércitos árabes, em pleno CB.

---

<sup>50</sup> Ver tabela 1.

<sup>51</sup> Ver tabela 2.



O ramo das FDI que mais provocava esta confiança era a Força Aérea Israelita (FAI). A FAI tinha demonstrado a sua superioridade sobre as Forças Aéreas rivais na Guerra dos Seis Dias, ao destruir grande parte das aeronaves inimigas ainda no chão. Os pilotos israelitas davam provas inequívocas de eficácia. Esse facto estava relacionado com o número de horas de voo por ano, cerca de 2000. Eram pilotos treinados, preparados para enfrentar as ameaças árabes e garantir a segurança do espaço aéreo israelita. A FAI estava equipada com aeronaves A-4 *Skyhawk*, F-4 *Phantom*, *Mirage*, e *Mistère-IV-A*. Diga-se que, dispondo deste equipamento, aliado à qualidade inegável dos seus pilotos, a FAI estava na vanguarda e em condições normais nada impediria a superioridade aérea por parte de Israel.

No que diz respeito à componente terrestre, Israel contava com Unidades de Infantaria equipadas com a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) M113, Unidades de Cavalaria equipadas com os Carros de Combate (CC) M60, *Centurion*, M48 e Unidades de Artilharia equipadas com obuses autopropulsados *Sherman* M50 de 155mm.

Observando todo o material com que as FDI estavam equipadas, podemos afirmar que Israel recorria ao ocidente, principalmente aos EUA, para desenvolver a sua política de segurança e defesa.

### 1.2.2. PAÍSES ÁRABES

Desde 1967 que nos países árabes, especialmente no Egipto e na Síria, se vivia um clima tenso. Notoriamente, Israel era um inimigo cuja superioridade era inequívoca em qualquer circunstância. A derrota árabe tinha sido tão absoluta e tão esmagadora, que tinha deixado no povo árabe a sede de vingança, a vontade de limpar a imagem, recuperar a honra e o prestígio e mostrar ao mundo que Israel podia ser derrotado.

Os árabes manifestavam interesse em adquirir material que pudesse dar-lhes a vitória e rearmaram as suas forças. Começaram a importar material bélico e em seis anos compraram 660 CC IS-3 (122mm); 1900 CC T-54 (100mm); 750 CC T-62 (115mm); 800 Viaturas de Combate de Infantaria (VCI) BTR-152; 650 VCI BTR-60; 500 VCI BTR -50; 250 VCI BMP-1; 300 canhões de 152mm; 200 canhões de 122mm; 200 caças-bombardeiros Su-7B «Fitter»; 100 caças MiG-17; 80 caças MiG-19; 413 caças MiG-21 e MiG-21MF; 80 Helicópteros Mi-8. De todo este material destaca-se o sistema SA-6<sup>52</sup>. Este míssil provocou graves problemas à FAI. Era o sistema antiaéreo mais avançado do mundo, garantindo protecção às forças terrestres e impedindo que a FAI tivesse a mesma influência que tivera em 1967. Tal como Israel, também no lado árabe nos apercebemos da afinidade destes países com uma superpotência mundial da época, neste caso, com a ex – URSS.

<sup>52</sup> Ver figuras 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40.



## **2. A GUERRA DO YOM KIPPUR**

Na análise do conflito, investigámos aspectos que nos ajudam a perceber como foi realmente a sequência das acções no CB para no final podermos ter uma ideia clara de como foi a Guerra do Yom Kippur. Importa referir que o nosso estudo se centra na globalidade dos acontecimentos, e vai de encontro a uma perspectiva macro. Poderemos particularizar mais uma operação, que tenhamos considerado relevante, mas não nos focalizámos demasiado numa região ou na manobra das forças no terreno. Não é do nosso interesse perceber como eram tomadas as decisões aos baixos escalões ou as suas acções de combate, uma vez que o número de soldados envolvidos neste conflito é tão elevado que se torna incomportável fazer-lhes referência.

De entre os aspectos que carecem de uma análise, as informações sobressaem de entre os demais, uma vez que consideramos essencial a correcta avaliação das informações obtidas no CB<sup>53</sup>. Conforme as informações são obtidas e tratadas, assim uma força, ou neste caso um país, iria definir a sua modalidade de acção para enfrentar as ameaças provenientes do inimigo. A preparação do CB pelas Informações (IPB<sup>54</sup>) por parte de qualquer dos contendores assume, portanto, um papel fundamental para a escolha da modalidade de acção a implementar.

Outros aspectos analisados prendem-se com a capacidade de explorar o sucesso inicial, de manter o ímpeto de uma força que está no ataque, de manter o potencial de combate das forças no terreno, através dos canais logísticos, e sobretudo, como o processo de tomada de decisão pode influenciar e alterar o rumo dos acontecimentos. É inquestionável a relevância destes aspectos para analisar e perceber na plenitude um conflito, qualquer que seja o seu âmbito ou natureza.

Outro aspecto prende-se com as acções diplomáticas que a classe política de vários países levava a cabo nos bastidores do TO. Com efeito, essas acções viriam a ser importantíssimas, quer na alimentação do esforço de guerra, quer na mediação de negociações, tendo em vista um acordo de cessar-fogo.

Decidimos também dividir a nossa investigação em duas frentes, uma vez que estas eram absolutamente independentes uma da outra. A frente sul, onde Israel enfrentou as Forças Armadas do Egipto e a frente norte, onde se defrontaram as FDI e as Forças Armadas da Síria.

---

<sup>53</sup> Israel é conhecido pelo seu sistema de obtenção e tratamento de Informações, tendo criado algumas agências cujos pergaminhos são inquestionáveis, como a Mossad. (Richardson, 1991)

<sup>54</sup> IPB – Intelligence Preparation of Battlefield. Este processo permite conhecer o inimigo, saber as possibilidades, determinar os seus pontos fortes e fracos.



## 2.1. INFORMAÇÕES

No dia 3 de Outubro de 1973, Golda Meir reuniu com os seus principais conselheiros devido ao corte de relações diplomáticas do Zaire com Israel “até que o Egipto e outros países árabes recuperassem os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias.”<sup>55</sup> Nessa reunião, Moshe Dayan referiu que as concentrações militares egípcias e sírias no canal do Suez e nos montes Golã eram invulgares, demonstrando alguma preocupação. No entanto, os restantes presentes na reunião “não consideravam que a guerra estivesse iminente.”<sup>56</sup> Havia algum cepticismo por parte dos governantes israelitas. A seu ver, a guerra não estava em perspectiva. As suspeitas de Dayan eram descabidas.

No dia seguinte, ao saber que “conselheiros soviéticos tinham sido evacuados da Síria por ordem do Presidente Hafez al-Assad<sup>57</sup>, Dayan deu ordem à FAI para que ficasse em alerta máximo. Também o Exército foi posto em alerta «C»<sup>58</sup> sabendo Dayan que Israel jamais conseguiria repelir um ataque continuado às suas fronteiras se essas reservas não fossem empenhadas. Dayan previa que algo de grave poderia acontecer e queria agilizar o processo de mobilização de reservas, caso essa necessidade viesse a ser real.

No entanto, o ministro da Defesa enfrentava um dilema. Se por um lado sentia que “devia dar ordem de mobilização total às reservas e preparar-se para repelir um possível ataque árabe, por outro lado temia que essa mobilização fosse vista em Damasco<sup>59</sup> e no Cairo<sup>60</sup> como um acto de provocação. Dayan queria deixar bem claro, para todo o mundo observar que Israel era a parte atacada e não a parte atacante”<sup>61</sup>, portanto não interessava a Israel ser acusado de provocar os seus inimigos. Não daria desculpas para que fosse atacado. Como tal, Dayan optou pela mobilização parcial das reservas.

Na frente norte, nos montes Golã, Yitzhak Hofi<sup>62</sup> tinha alertado para o grande número de tropas sírias em exercícios, algo que não era habitual acontecer, pelo menos com tanta proeminência. Estavam nas colinas controladas pelos sírios cerca de 1200 CC daquele exército, numa frente de pouco mais de 60 quilómetros (km)<sup>63</sup>. Muitos desses carros tinham avançado até muito perto da fronteira israelo-síria, ameaçando avançar para o interior do território israelita, e tendo em conta o terreno que ocupavam, este seria um ataque feroz à

---

<sup>55</sup> Gilbert, 1998, p. 468

<sup>56</sup> Gilbert, 1998, p. 468

<sup>57</sup> Ver figura 8.

<sup>58</sup> O “grau de alerta imediatamente anterior ao que exigia as chamadas das forças de reserva.” (Gilbert, 1998, p. 469).

<sup>59</sup> Capital da Síria.

<sup>60</sup> Capital do Egipto.

<sup>61</sup> Bar-Joseph, 2005, p. 32

<sup>62</sup> Major General israelita, Comandante das forças israelitas na frente Norte.

<sup>63</sup> “Em Junho de 1941, na Segunda Guerra Mundial, o exército alemão mobilizara 1400 CC contra a ex – URSS numa frente de cerca de 1600 km.” (Aragão, 2006, p. 212)



fronteira israelita, caso viesse a acontecer. Hofi foi autorizado a mobilizar e reforçar as suas linhas, aumentando o efectivo de CC de 60 para 170, que materializavam o dispositivo de defesa israelita.<sup>64</sup> Este reforço viria a ter uma importância decisiva.

No dia 05 de Outubro, numa reunião com os membros do Governo que ainda se encontravam em Telavive<sup>65</sup>, o General Eli Zeira<sup>66</sup> disse que, na sua opinião, “era possível que o Egipto e a Síria abrissem hostilidades contra Israel sem qualquer aviso prévio. Houve no entanto quem discordasse<sup>67</sup>, rejeitando a mobilização das reservas, necessárias para repelir o ataque. A “ideia geral era de que a guerra não estava iminente.”<sup>68</sup>

Israel acreditava que os árabes não estavam preparados para a guerra. Além disso, acreditava também que, no caso de haver um ataque, o inimigo seria repellido e ser-lhe-ia infligida uma pesada derrota<sup>69</sup>, tal como acontecera na Guerra dos Seis Dias. Apesar de as indicações vindas do lado árabe serem reais e perigosas, a Primeiro-ministro Golda Meir “apenas autorizou uma mobilização parcial das reservas poucas horas antes do início da Guerra.”<sup>70</sup> O Serviço de Informações Militares israelita não funcionava na plenitude<sup>71</sup> das suas capacidades, e de certa forma, estava descredibilizado junto do governo. Israel canalizava grande parte dos meios humanos e materiais para matérias como o terrorismo. Além disso, os cortes significativos para esse serviço<sup>72</sup> faziam com que a obtenção de informações não fosse a melhor.

No dia 6 de Outubro de 1973, a Síria, na frente Norte<sup>73</sup> e o Egipto, na frente Sul<sup>74</sup>, atacaram Israel com o “objectivo de destruir o estado judaico”<sup>75</sup>. O Presidente Sadat<sup>76</sup>, cuja postura era agressiva e ia, deliberadamente de encontro à guerra<sup>77</sup>, tinha já afirmado que

---

<sup>64</sup> Gilbert, 1998, p. 469

<sup>65</sup> No dia 5 de Outubro de cada ano começa o Yom Kippur, “o Dia de Expição Judaico, um dia de jejum e oração em que a maioria dos judeus, e a maioria dos israelitas, passa a noite e grande parte do dia seguinte na Sinagoga. Ao cair da noite, como em todos os anos, Israel mergulhou na estranha calma e no sossego profundo do dia mais santo do calendário judaico.” (Gilbert, 1998, p. 470).

<sup>66</sup> Chefe dos Serviços de Informações Militares.

<sup>67</sup> O General Elazar Chefe do Estado Maior “opôs-se categoricamente a esta possibilidade.” (Aragão, 2006, p. 215).

<sup>68</sup> Aragão, 2006, p. 224

<sup>69</sup> Israel confiava de uma forma inequívoca no poderio das FDI, sobretudo depois do acordo de compra de material celebrado com os EUA. Além disso, confiava na linha Bar-Lev, já referenciada.

<sup>70</sup> Richardson, 1991

<sup>71</sup> “No dia 3 de Outubro, o Tenente de Informações Benjamin Siman-Tov apresentou um relatório no qual explicava pormenorizadamente as actividades, preparação e intenções finais do Egipto. Esse relatório foi desvalorizado pelo seu chefe e pelo governo, que não acreditava na possibilidade de que a guerra viria a ser uma realidade.” (Gilbert, 1998, p. 473).

<sup>72</sup> Uma mobilização total tinha sido ordenada em Maio desse ano, com um custo de cerca de 10 milhões de dólares, que se revelaria desnecessária, o que contribuiu para o descrédito do Serviço de Informações Militares junto do governo e motivou esses cortes.

<sup>73</sup> Ver figura 13.

<sup>74</sup> Ver figura 14.

<sup>75</sup> Allen, 1982, p. 23

<sup>76</sup> Ver Figura 7.

<sup>77</sup> Ver Documento 5.



estava disposto “ a sacrificar um milhão de soldados no confronto com Israel.”<sup>78</sup> Os exércitos árabes surpreenderam os israelitas, que não estavam preparados para o ataque, e ganharam terreno com uma série de vitórias iniciais, fazendo com que Israel tivesse perdas severas. Se não conseguisse dar uma resposta e inverter o rumo dos acontecimentos, Israel iria assistir á sua destruição enquanto Estado.

Este ataque surpresa resultou das acções levadas a cabo pelos árabes nos meses que antecederam a Guerra e aos quais Israel não deu a devida importância. Do lado árabe, houve “uma intensa preparação, uso apurado da decepção, negação de informação a Israel e contra-informação, factores determinantes para o seu sucesso inicial.”<sup>79</sup> Como se disse anteriormente, a confiança nos seus dispositivos e meios de defesa e a descrença nas potencialidades reais dos países árabes, bem como as lacunas na avaliação das informações fizeram com que Israel fosse incapaz de sustentar os ataques de que estava a ser alvo.

Podemos afirmar que a má obtenção aliada ao facto da má interpretação das informações custou a Israel um ataque por parte dos países árabes, para o qual não estava preparado. Este facto veio a conferir-lhes a vantagem inicial na Guerra do Yom Kippur, uma vez que a oposição movida pelo Estado judaico era manifestamente fraca para tanto potencial de combate que os árabes ostentavam. A surpresa, o facto de negar a Israel informações verdadeiras sobre as suas intenções, o uso de contra-informação e a decepção foram determinantes para que o inicio do conflito se traduzisse num sucesso para os árabes.

Israel foi surpreendido devido ao excesso de confiança que pensava poder ter nos seus dispositivos defensivos, concretamente na linha de Bar-Lev, devido à confiança que tinha nas FDI, e ainda devido às lacunas na interpretação dos relatórios dos oficiais de Informações, e sobretudo, devido à falta de seriedade com que analisaram as movimentações árabes junto às suas fronteiras. O Secretário de Estado da Defesa norte-americano afirmou, na altura, que “no terreno, os serviços de informações não falharam. Houve falhas graves apenas e só na interpretação dos relatórios.”<sup>80</sup>

Ainda assim, no dia 5 de Outubro, Zvi Zamir, o chefe da Mossad, empenhou-se ele próprio e recolheu informações em primeira mão acerca do ataque árabe<sup>81</sup>. Essa informação foi relatada a Elazar, o Chefe de Estado Maior israelita. O ataque teria lugar certamente, e “seria no dia seguinte, perto do final da tarde.”<sup>82</sup> Elazar, ao saber desta informação, pediu a Moshe Dayan que autorizasse um ataque de prevenção contra a Síria, pedido prontamente

<sup>78</sup> Bard, 1991

<sup>79</sup> Bar-Joseph, 2005, p. 63

<sup>80</sup> Richardson, 1991

<sup>81</sup> Esta informação era fidedigna pois chegara na forma de telegrama codificado enviado por Zamir.

<sup>82</sup> Gilbert, 1998, p. 472



negado por Dayan<sup>83</sup>. Contrariado com a decisão de Dayan, Elazar colocou a questão directamente a Golda Meir. Foi alcançado um consenso: seriam mobilizados 100 000 homens. A ordem foi dada as 10.00h do dia 06 de Outubro. Esses homens não estariam nas posições a tempo de combater os árabes quando o ataque acontecesse.

## 2.2. FRENTE SUL

Nos meses que antecederam o ataque, as forças egípcias tinham manobrado na margem Oeste do Suez como nunca o tinham feito. Havia constantes demonstrações de força e o número de homens naquela zona era cada vez maior. “Ao mesmo tempo que se preparavam para o ataque, os egípcios negavam a Israel o acesso a informações. Além disso, faziam os israelitas acreditar naquilo que exactamente pretendiam: desvalorizar o seu potencial e a sua ousadia para atacar o Estado judeu.”<sup>84</sup>

A ofensiva egípcia foi rápida, agressiva e eficaz. Eram as 14.00h<sup>85</sup> do dia 6 de Outubro quando o Egipto e a Síria atacaram Israel, em simultâneo, de acordo com um plano conjunto elaborado com um sigilo impressionante<sup>86</sup>. Cerca de 240 aeronaves egípcias cruzaram o canal e atacaram posições israelitas no Sinai, na linha de Bar-Lev. Esse ataque aéreo foi “apoiado por esmagadores fogos de Artilharia de campanha.”<sup>87</sup> Quando a Força Aérea egípcia regressou a terra, cerca de 8000 soldados do exército atravessaram o canal e “conseguiram estabelecer uma testa-de-ponte<sup>88</sup> com relativa facilidade, uma vez que a oposição era praticamente nula.”<sup>89</sup>

Os estrategos egípcios tinham calculado o número de mortes israelitas que esse ataque deveria provocar. Essa estimativa cifrava-se nas 10 000 baixas mortais, mas no entanto, apenas 208 soldados israelitas perderam a vida no primeiro dia de combates. Em alguns locais, a tenacidade com que lutavam os soldados israelitas surpreendeu os egípcios. “Um General egípcio contou como apenas um CC israelita fez frente às forças atacantes durante mais de uma hora, causando baixas pesadas aos seus homens sempre que tentavam tomá-lo de assalto. Quando finalmente o venceram, o General contou que,

---

<sup>83</sup> Os EUA tinham avisado Israel para não atacar primeiro. Dayan queria manter a palavra dada. Elazar pediu, então, que Dayan ordenasse a mobilização total das reservas, pedido novamente recusado pelo ministro. Acedeu a uma mobilização parcial, a que fizemos referência anteriormente. Dayan não queria, de modo algum, dar razões aos estados árabes para que atacassem Israel.

<sup>84</sup> Bar-Joseph, 2005, p. 78

<sup>85</sup> Pelo menos três horas mais cedo do que afirmara Zvi Zamir a Elazar.

<sup>86</sup> Ao ponto de Israel nunca ter pensado seriamente na Guerra. “Veio a saber-se mais tarde que cerca de 95% dos oficiais egípcios feitos prisioneiros de guerra por Israel só souberam na manhã do dia 6 de Outubro que os exercícios militares em que estavam a participar eram, afinal, um prelúdio da guerra.” (Gilbert, 1998, p. 472).

<sup>87</sup> Herzog, 1977, p. 26

<sup>88</sup> “Acção através da qual uma força estabelece uma base firme na margem oposta de um rio ou canal, e que permite o desembarque do remanescente da força em condições de segurança.” (CID, 2007).

<sup>89</sup> Herzog, 1977, p. 27



para seu grande espanto, toda a tripulação fora morta, à excepção de um único soldado ferido, que continuara a lutar. Descreveu como ele e os seus homens ficaram impressionados com aquele israelita, que ao ser levado numa maca para a ambulância, fez continência aos soldados inimigos.”<sup>90</sup>

A adopção desta postura para o combate, de abnegação, espírito de missão e espírito de sacrifício terá poupado a vida de muitos israelitas, que se sacrificavam até ao limite das suas forças na defesa do Estado judaico. Mas à hora do ataque, a sua incapacidade para sustentar o ataque egípcio era absolutamente inequívoca. Apesar de a FAI ter lançado um contra-ataque<sup>91</sup> contra o avanço do exército egípcio, este, equipado com mísseis antiaéreos SA-6 de fabrico soviético tinham capacidade para se defender das acções das aeronaves israelitas.

Na manhã de 7 de Outubro, dos 290 CC que Israel tinha inicialmente disponíveis no Sinai, apenas dois terços se mantinham operacionais e estavam capazes de continuar o combate. No entanto, o processo de mobilização das reservas começava a permitir o reforço das linhas defensivas. Para aquela frente, foram destacadas duas divisões, uma delas sob o comando do General Ariel Sharon, cujo objectivo era deter o avanço egípcio no deserto do Sinai, o que de facto acabou por acontecer. As forças egípcias foram detidas numa segunda linha defensiva, a seis milhas a leste do canal do Suez. Se a linha de Bar-Lev tinha sido praticamente ineficaz, devido à sua escassa guarnição<sup>92</sup>, o avanço das reservas revelou-se decisivo para que Israel mantivesse as forças egípcias no deserto do Sinai, e portanto, longe de qualquer objectivo que pudesse ser conquistado e pusesse em causa a capacidade de resposta israelita. “As forças egípcias tentariam romper as linhas israelitas, tarefa que porém não foi executada. Israel tinha detido o avanço do exército egípcio, não onde esperava, na linha de Bar-Lev, mas numa posição alternativa<sup>93</sup>.”

Quando visitou a frente sul, Moshe Dayan sugeriu uma retirada até aos desfiladeiros de Mitla e Gidi. Esta sugestão foi recusada por Elazar, pois acreditava que defendendo naquele local, era possível manter os egípcios perto do canal, e seria mais fácil lançar um contra-ataque terrestre a partir daquela posição.<sup>94</sup>

Entretanto, a Israel chegava a garantia de reabastecimento<sup>95</sup> por parte dos EUA para fazer frente à ofensiva árabe. Com esta garantia, Israel conseguia ter capacidade de partir

<sup>90</sup> Gilbert, 1998, p. 475

<sup>91</sup> Operação ofensiva, através da qual uma força que está a defender lança um ataque à força oponente. (CID, 2007).

<sup>92</sup> Quando os egípcios abordaram a linha de Bar-Lev, as reservas de Israel ainda não tinham reforçado as linhas da frente.

<sup>93</sup> Posição diferente da planeada inicialmente mas que permite a uma força continuar a cumprir a missão, assim que essa posição seja ocupada. (CID, 2007).

<sup>94</sup> Gilbert, 1998, p. 479

<sup>95</sup> Falaremos mais à frente neste aspecto, essencial no decurso da guerra, cuja influência no decurso da acção é inegável.



para a ofensiva, uma vez que, recorrendo a material de guerra americano, o potencial de combate com que dotava as suas reservas<sup>96</sup> permitia-lhe pensar em contra-atacar o exército egípcio. Com este pensamento, “as FDI começavam a planear um contra-ataque que, numa primeira fase, visava forçar o recuo das forças egípcias. Numa segunda fase, e explorando o sucesso, Israel levaria a cabo um ataque a essas mesmas forças já na margem Oeste do canal do Suez.”<sup>97</sup>

Com o exército egípcio a continuar a sua ofensiva<sup>98</sup>, Israel planeava um contra-ataque que invertesse o curso da acção naquela frente da guerra. Tendo isso em consideração, no dia 12 de Outubro, David Elazar e Caim Bar-Lev<sup>99</sup> apresentaram o seu plano a Moshe Dayan, mas o ministro opôs-se firmemente e não autorizou a sua execução. Segundo Dayan, “expulsar os egípcios para o outro lado do canal «não resolveria nada, nem faria com que pedissem um cessar-fogo».”<sup>100</sup> Elazar insistiu na execução do plano o mais rapidamente possível, e esta divergência de ideias foi levada a discussão numa reunião presidida por Golda Meir. Durante essa reunião chegou um relatório dando conta de forças egípcias em travessia do canal do Suez<sup>101</sup>, para reforçar a sua linha da frente.

A 13 de Outubro, os egípcios tinham reforçado a sua frente, e avançavam para conquistar e destruir as posições israelitas lançando o ataque principal na madrugada desse dia, “cujos objectivos eram os desfiladeiros de Mitla e Gidi e a margem leste do canal do Suez.”<sup>102</sup> Israel concentrou as suas forças para deter este avanço. Na batalha de CC que teve aí lugar, cerca de 2000 ao todo, o Egipto viu serem anulados 264 CC, enquanto Israel apenas perdeu 10. Ciente de que as perdas infligidas aos egípcios tinham sido um rude golpe, quer a nível físico, com perda de material e homens, quer a nível psicológico, Elazar deu ordens para que a travessia do canal para a margem oeste fosse feita nessa noite.

Entre avanços e recuos, no dia 16 de Outubro Israel tinha estabelecido a sua testa-de-ponte na margem oeste do canal, não obstante as dificuldades encontradas para que tal

---

<sup>96</sup> Sem estes reabastecimentos, Israel não tinha capacidade de equipar as suas reservas convenientemente, quer em quantidade, quer em qualidade. Com as suas forças bem equipadas, Israel partiria para a ofensiva.

<sup>97</sup> Allen, 1982, p. 41

<sup>98</sup> Israel tinha conseguido anular a tentativa de o Egipto chegar ao golfo do Suez, no dia 9 de Outubro, mas tinha sofrido um bombardeamento na manhã do dia 11 de Outubro às antigas instalações petrolíferas em Abu Rudeis, também no golfo do Suez, que tinham sido capturadas por Israel na Guerra dos Seis Dias.

<sup>99</sup> “A 09 de Outubro, o General Elazar pediu a um antigo Chefe de Estado-maior, o General Bar-Lev (...) que fosse para a frente sul e que assumisse a liderança como representante pessoal do Estado-maior.” (Gilbert, 1998, p. 482).

<sup>100</sup> Gilbert, 1998, p. 485

<sup>101</sup> Este facto representava um risco acrescido para as forças israelitas. Aquela investida árabe tinha que ser detida antes de se pensar lançar o contra-ataque, pois só detendo aquele ataque se poderia, posteriormente, passar o canal para o lado do Egipto, como era intenção dos comandantes israelitas.

<sup>102</sup> Herzog, 1977, p. 38



acontecesse.<sup>103</sup> Uma unidade israelita, liderada pelo General Ariel Sharon, cuja ousadia viria a ser reconhecida posteriormente, abriu uma brecha no dispositivo egípcio, conseguindo o envolvimento<sup>104</sup> do mesmo. Esta acção permitiu a Israel controlar a estrada principal de Suez, o troço mais importante daquele TO tendo em conta os objectivos das forças envolvidas no conflito. No dia 19 de Outubro Israel estava em condições de iniciar a travessia do canal, de uma forma mais eficaz, algo essencial para a projecção de forças israelitas em território egípcio.

A primeira tarefa que o exército israelita levou a cabo “foi assaltar e destruir as posições a partir das quais os egípcios faziam fogos antiaéreos,”<sup>105</sup> permitindo que a FAI pudesse entrar no espaço aéreo egípcio e dominá-lo, algo que até aí tinha sido impossível<sup>106</sup>. Logo que essa tarefa foi cumprida, a FAI lançava ataques minuciosos sobre comboios, tendo em vista o reabastecimento das forças nas linhas da frente, CC egípcios, reduzindo muito o poder de fogo, choque e protecção do exército egípcio, aeródromos, para dificultar o movimento de aeronaves inimigas e ainda as próprias aeronaves, quer em solo, quer no ar, à imagem da Guerra dos Seis Dias. Além destas acções, a FAI respondia aos ataques superfície-superfície por parte do Egipto. Estes ataques “materializavam-se pelo lançamento de mísseis sobre alvos civis israelitas. A FAI atacou no coração do Egipto, bem dentro do seu território, destruindo alvos estratégicos, que incluíam instalações petrolíferas, escritórios governamentais, refinarias e estações de retransmissão de rádio.”<sup>107</sup> A partir do momento em que a FAI teve supremacia aérea, o cenário da guerra, nesta frente, mudou a favor das FDI.

Havia, no entanto, outro objectivo importantíssimo para Israel: a conquista de uma fortificação conhecida por Quinta Chinesa.<sup>108</sup> Esse local, que os egípcios defendiam com uma dedicação inolvidável, era visto pelos comandantes israelitas como um ponto decisivo na batalha, uma vez que se os egípcios lá permanecessem, era impossível a Israel continuar a sua progressão para o interior do Egipto. Além disso, seria forçado a retirar da margem oeste do canal, uma vez que a sua presença ali, sem conquistar a Quinta Chinesa, deixaria a força demasia exposta às acções do exército egípcio.

---

<sup>103</sup> A travessia do canal foi uma operação morosa e com muitas baixas, de parte a parte. A engenharia israelita lançou uma ponte sobre o canal debaixo de fogos directos, o que fez com que a celeridade não fosse a pretendida pelos israelitas.

<sup>104</sup> Operação ofensiva em que uma força atacante não executa um ataque frontal à força opositora, atacando-a num dos flancos, onde a capacidade de defesa não é tão elevada.

<sup>105</sup> Herzog, 1977, p. 42

<sup>106</sup> Devido à presença dos sistemas de armas SA-6, “que dispostos ao longo de toda a margem Oeste do canal, tinham assegurado ao Egipto um escudo protector que se estendia 30km para leste do canal.” (Gilbert, 1998, p. 491). Se as aeronaves israelitas se aproximassem de terra egípcia, seriam abatidas por esses mísseis.

<sup>107</sup> Bard, 1991

<sup>108</sup> “Instrutores militares japoneses tinham ocupado aquele local antes de 1967; os caracteres gravados nas paredes pareciam chineses aos israelitas que ali estiveram estacionados depois de 1967.” (Allen, 1982, p. 59).



“As unidades israelitas destacadas para aquela missão tinham atingido com a sua Cavalaria concentrações de Artilharia egípcia, baterias antiaéreas, mísseis terra-ar, postos de comando, instalações e unidades de Infantaria. Apesar de haver tentativas de resposta por parte do Egito, a verdade é que esses contra-ataques foram repelidos, e Israel começava a passar o canal com cada vez mais homens capazes de combater os egípcios, em território egípcio.”<sup>109</sup> Nesse dia, no Sinai, cerca de 60 comandos egípcios que operavam atrás das linhas israelitas acabaram por se render. Israel começava a ganhar terreno e a controlar as operações nesta frente, muito embora a retaliação árabe fosse, por vezes, forte ao ponto de provocar baixas nas forças israelitas<sup>110</sup>. Só com um esforço sistemático e obstinado Israel conseguiu fazer recuar o exército egípcio para posições a partir das quais não fosse possível ameaçar as FDI.

No dia 20 de Outubro, as FDI, que desde que tinham passado o canal para a margem oeste tinham sofrido poucos ataques, continuaram a avançar e estavam perfeitamente estabelecidas em território egípcio. O General Yadin, ao fazer um ponto da situação na frente Sul, referiu que “o avanço israelita em território egípcio é mais importante, mais profundo do que eles querem reconhecer - talvez mais profundo do que imaginam. Controlamos várias das principais artérias do canal do Suez até ao Cairo. Abrimos uma brecha considerável nas suas linhas. Eles tinham a maior parte das suas forças no nosso lado do canal quando o atravessámos, e não lhes será fácil fazê-las retirar.

O alto-comando egípcio não se apercebeu verdadeiramente da gravidade do que fizemos. Não está a dar as ordens adequadas para lidar com uma situação de tal modo grave. Alguns dos seus comandantes tentam agora recuar. Mas estão a dizer-lhes para avançar. Mas não conseguem. Tudo o que lhes resta é entrincheirar-se. Estão paralisados. Os egípcios deixaram de estar em posição de negociar e exigir o que quer que seja.”<sup>111</sup>

Estas palavras ilustram como se tinha alterado a situação na frente Sul, nas palavras do General Yadin, Israel preparava-se para garantir a vitória na Guerra do Yom Kippur, ainda que no terreno, por esta altura, o número de militares egípcios fosse muito considerável. Muito havia ainda a ser feito, mas o Egito começava a dar sinais de uma possível abertura para negociações de paz.<sup>112</sup>

Na manhã do dia 22 de Outubro, a Artilharia egípcia abriu fogo sobre as posições israelitas na margem oeste do canal. Caim Herzog, às 13:00, disse, na rádio de Israel, que esses bombardeamentos se deviam “aos processos normais de retirada das forças do

<sup>109</sup> Herzog, 1977, p. 56.

<sup>110</sup> Só na colocação de uma ponte pré-fabricada para tornar mais célere a travessia do canal, as FDI sofreram cerca de 40 baixas devido ao fogo de Artilharia egípcio, que constantemente fustigava o exército de Estado judaico.

<sup>111</sup> Gilbert, 1998, p. 500.

<sup>112</sup> Começava a falar-se que EUA e ex – URSS se preparavam para intervir no Conselho de Segurança da ONU tendo em vista o cessar-fogo em todas as frentes.



terreno.”<sup>113</sup> Começava a vislumbrar-se o fim da guerra, o que, para todas as partes envolvidas, era um sinal de alívio. Às 13:30, a mesma fonte anunciava a fim das operações militares de Israel no canal tinham chegado ao fim.

Nesta frente, “após o início de um ataque para o qual não estava preparado, Israel projectou as suas reservas e conseguiu levar a cabo a contra ofensiva que decidiu o decurso da batalha a seu favor.”<sup>114</sup> A iniciativa e a surpresa foram trunfos utilizados pelos comandantes árabes para levar a cabo o ataque ao território judaico. No entanto, após o sucesso inicial, o Egito foi incapaz de manter o ímpeto, a iniciativa, e foi também incapaz de explorar o sucesso inicial, permitindo a reviravolta a Israel, quando reforçou as suas linhas. O Egito “não avançou mais que seis milhas além da linha de Bar-Lev, o que se pode considerar um fracasso a todos os níveis.”<sup>115</sup>

### 2.3. FRENTE NORTE

Em total coordenação com o Egito, a Síria levou a cabo de forma eficaz o seu próprio plano. A preparação para a guerra foi idêntica, com o exército sírio supostamente a realizar exercícios de treino junto à fronteira israelita. À semelhança do Egito, a Síria negou a Israel informações do que realmente eram as suas intenções. E “se na frente oeste Israel ia recolhendo algumas informações, ainda que ambíguas, na frente Norte a escassez dessas informações era latente e preocupante.”<sup>116</sup>

As forças sírias, com cerca de 1400 CC atacaram os montes Golã ocupados por Israel, que defendia as suas posições com cerca de 170 CC. “Tal diferença de meios e de potencial permitiu à Síria chegar quase de forma instantânea aos Golã, com vista para a bacia de Hula.”<sup>117</sup> A Artilharia de Campanha Síria abria fogo sobre as posições defensivas ocupadas pelos israelitas, fazendo com que a linha defensiva ficasse cada vez mais fragilizada. Uma vez mais, Israel enfrentava dificuldades de enorme relevo para sustentar o ataque inimigo. Os CC sírios avançaram com ímpeto avassalador e conquistaram grande parte das colinas que eram ocupadas por Israel.

Tendo observado este avanço significativo por parte do país inimigo, Israel começou a mobilizar as suas reservas para recompletar as suas linhas, e continuar assim a ter capacidade para deter os ataques sírios nos dias seguintes, na eventualidade de virem a acontecer. Apesar de ter sido forçado a recuar, o exército israelita não tinha recuado quanto os sírios teriam projectado e desejariam, e tinham tido relativo sucesso na operação defensiva que levava a cabo nos Golã. Apesar de terem perdido o controlo da posição

<sup>113</sup> Gilbert, 1998, p. 502.

<sup>114</sup> Aragão, 2006, p. 231

<sup>115</sup> Herzog, 1977, p. 47

<sup>116</sup> Bar-Joseph, 2005, p. 84

<sup>117</sup> Herzog, 1977, p. 57



defensiva no Monte Hermon<sup>118</sup>, considerada imprescindível pelos israelitas, “as FDI mantiveram minimamente a integridade da força, que lhes permitiu aguentar a sua posição de combate, sem serem obrigadas a recuar para fora dos montes Golã, apesar do ímpeto do ataque sírio.”<sup>119</sup>

A prioridade israelita para reforçar as linhas defensivas era a frente síria<sup>120</sup>. “Israel sabia que perdendo o controlo dos montes Golã, perdia também a capacidade de impedir que o exército sírio penetrasse profundamente no território judaico, perdia capacidade de sustentar o ataque<sup>121</sup>. A única hipótese de ter sucesso no Norte era defender nos montes Golã.”<sup>122</sup> Assim, no dia 8 de Outubro, apenas dois dias após o início da guerra, “forças de Cavalaria israelitas lançaram um contra-ataque coroado de sucesso, que fez com que os sírios recuassem até à fronteira estabelecida em 1967.”<sup>123</sup>

Após ter detido o avanço sírio, Israel planeava o contra-ataque<sup>124</sup>. Yadin terá dito que Israel tentaria, sem dúvida, “contra-atacar. Afinal, ao atacarem o nosso território, os árabes iniciaram uma situação na qual a natureza das acções subsequentes não dependeria deles. Não poderiam ditar a natureza do contra-ataque.”<sup>125</sup> Estava implícito nestas palavras a intenção de Israel para os dias seguintes, quer no Sinai, quer nos Golã. Entretanto, no dia 8 de Outubro, Elazar afirmava que o avanço sírio nos Golã estava terminado, e quase em toda a totalidade da frente norte, os sírios estavam a ser forçados a recuar. Começava aqui também a reviravolta no decurso da acção<sup>126</sup>.

No dia 10 de Outubro, o contra-ataque israelita alcançou a linha da qual partira o exército sírio quatro dias antes. Israel estabeleceu uma bolsa<sup>127</sup> onde destruíria por completo qualquer unidade síria que para lá fosse canalizada. A bolsa de Hushniya, onde duas brigadas sírias foram destruídas, era um grande cemitério de equipamento e viaturas sírias”, afirmava Caim Herzog. Atingida aquela linha, Elazar transmitiu a Moshe Dayan que se sentia preparado para transpor a linha, continuar o ataque e derrotar o exército sírio no seu

---

<sup>118</sup> Ali, Israel tinha instalado um centro de obtenção e tratamento de Informações. (Bar-Joseph, 2005, p. 89).

<sup>119</sup> Aragão, 2006, p. 208

<sup>120</sup> Na frente Sul, imediatamente a leste do canal apresentava-se o deserto do Sinai, terreno que, sendo controlado pelos israelitas, permitia-lhes gerir melhor os avanços egípcios. Na frente Norte, Israel não tinha essa profundidade na sua retaguarda e era forçado a deter a ataque árabe o mais rapidamente possível.

<sup>121</sup> Os montes Golã eram vistos por Israel como o local ideal para defender um ataque sírio, uma vez que a configuração do terreno proporcionava dominância e excelentes campos de tiro, vantagens que as FDI não teriam se fossem forçadas a recuar e a ocupar posições de combate à retaguarda.

<sup>122</sup> Allen, 1982, p. 43

<sup>123</sup> Gilbert, 1998, p. 483

<sup>124</sup> À semelhança do que acontecia, simultaneamente, na frente Sul.

<sup>125</sup> Herzog, 1977, p. 65

<sup>126</sup> No Sinai, a reviravolta seria ligeiramente mais lenta.

<sup>127</sup> Bolsa de Hushniya, como ficou conhecida, por ser perto daquela vila israelita que as FDI a estabeleceram.



território. Dayan hesitou bastante, argumentando a proximidade de Damasco<sup>128</sup>. Elazar contrapôs alegando que Israel deveria avançar 20 km, estabelecer nova posição defensiva, a partir da qual poderia bombardear Damasco, caso os sírios voltassem a atacar. A situação foi exposta a Golda Meir, que decidiu a favor da continuação do ataque. Israel iria transpor a linha de cessar-fogo de 1967.

Esse ataque foi lançado na manhã do dia 11 de Outubro. Apesar da tenacidade e energia que os sírios empregaram na defesa das suas posições, foram obrigados a recuar. Às 20:00 do mesmo dia, “o noticiário revelou que as FDI tinham percorrido 10km em território sírio, a caminho de Damasco. Dayan disse ainda que «os sírios têm que perceber que a estrada que vai de Damasco para Israel é a mesma que vai de Israel para Damasco.»<sup>129</sup> Dayan parecia agora convencido em infligir uma derrota esmagadora à Síria. Mesmo que não fosse a opção que mais lhe agradasse, foi esse o caminho escolhido pela sua chefe de Governo, e Dayan iria empenhar-se na consecução desse objectivo.

As FDI continuaram a avançar em território sírio durante todo o dia 13 de Outubro. Uma brigada iraquiana que avançara apressadamente para o combate fora totalmente destruída. Uma segunda brigada iraquiana, que fora enviada para apoiar a acção da primeira, viu-se impossibilitada de o fazer devido à acção de uma força de comandos israelita<sup>130</sup>. Israel continuava a ganhar terreno, e quando não tinha possibilidade de atacar para continuar a progressão, criava condições para que tal acontecesse. Exemplo disso é uma acção da força comandada pelo Major-general Laner.

Quando foi confrontado com um contra-ataque sírio, Laner esperou que os CC inimigos estivessem a cerca de 300 metros e abriu fogo. Destruiu 17 CC inimigos, mas os árabes acabaram por não continuar o ataque. A audácia de Laner não se ficou por aqui, pois sabia que a força opositora iria reorganizar-se<sup>131</sup>, e tinha algumas horas para decidir o que fazer tendo em vista a destruição daquela força. Planeou uma emboscada e esperou pelo avanço iraquiano, que viria a acontecer. Quando os iraquianos estavam a 200 metros da linha israelita, a força de Laner abriu fogo e destruiu 80 CC, sem sofrer uma única baixa.<sup>132</sup>

Entretanto, os árabes não se davam por vencidos. Continuavam as suas acções, tentando contra-atacar as FDI, mas nunca obtiveram o sucesso. Sempre que atacavam, os

<sup>128</sup> Damasco ficava apenas a 50km a nordeste dessa linha. Se as unidades israelitas se aproximassem da capital, a ex – URSS poderia entrar na guerra. Aí seria o fim de Israel.

<sup>129</sup> Gilbert, 1998, p. 485

<sup>130</sup> Esta força “tinha-se infiltrado e operava em território sírio, 160km a leste de Damasco, na estrada Damasco – Bagdade. A sua missão consistia em emboscar a coluna de CC iraquianos. Numa primeira fase, destruiu o primeiro CC da coluna em cima de um viaduto, de modo a obrigar a coluna a parar a sua marcha. De seguida, procedeu à demolição do viaduto, recorrendo a material explosivo (sapadores). Com esta acção, uma brigada iraquiana foi totalmente aniquilada.” (Gilbert, 1998, p. 486).

<sup>131</sup> O seu potencial de combate era superior. Eram cerca de 300 CC iraquianos acabados de chegar ao TO, para reforçar o esforço de guerra sírio.

<sup>132</sup> Gilbert, 1998, p. 486



árabes eram repelidos e obrigados a recuar. A bolsa israelita continuava intacta, continuava a resistir, a apenas 30 km de Damasco. Ainda assim, fazendo uso de aparelhos de visão noturna, uma novidade na altura, os sírios atacaram de noite a posição israelita. O ataque foi repellido, mas Israel permitiu a abertura de uma brecha no flanco sul da sua bolsa. Além disso, tinha sofrido muitas baixas, que não seriam uma realidade se não fosse utilizado aquele equipamento.

Israel avançara em território sírio até lhe parecer sensato. Apesar de tudo, havia o receio que a ex – URSS entrasse na guerra se a capital, Damasco, fosse demasiado ameaçada. Como tal, e prevenindo esse cenário, as FDI detinham o seu avanço propositadamente, tudo para que o conflito fosse apenas resolvido entre judeus e árabes.<sup>133</sup> Apesar de estar numa posição estática, o exército israelita resistia a todo o tipo de ataques que lhes eram movidos, fossem eles terrestres ou aéreos. Seguiram-se “combates violentos nas cidades sírias nos arredores de Damasco, onde CC israelitas e iraquianos combateram a escassos 5m uns dos outros. Os árabes tentavam destruir a bolsa israelita, exercendo o esforço no seu flanco sul, onde dias antes tinham aberto uma brecha. Centenas de atiradores sírios morreram e os CC que os acompanhavam foram destruídos. A bolsa israelita resistira intacta, mais uma vez.”<sup>134</sup>

Outro objectivo das FDI era a conquista do monte Hermon<sup>135</sup>. Tendo isso em linha de conta, Israel começou por atingir a estação de informação fortificada com fogos de Artilharia a ataques da FAI, de modo a fragilizar a defesa da posição<sup>136</sup>. Posteriormente, forças pára-quedistas projectadas de helicóptero encarregaram-se de continuar o ataque no solo. Uma a uma, as posições sírias iam sendo conquistadas, ainda que esta operação tenha custado muitas vidas de soldados israelitas. Quando chegaram ao posto de comando sírio<sup>137</sup> os soldados israelitas depararam-se com todos os seus inimigos mortos. Não tinham sobrevivido aos fogos de Artilharia ou da FAI. Um dos sobreviventes israelitas desta operação disse, dias mais tarde: “Disseram-nos que o monte Hermon são os olhos do Estado de Israel, por isso sabíamos que tínhamos que tomá-lo, qualquer que fosse o preço a pagar.”<sup>138</sup> Com o anúncio do cessar-fogo na frente sul, na manhã do dia 22 de Outubro, pensava-se que os sírios iriam aceitar as condições e aderir também ao cessar-fogo, à imagem do Egipto. Tal não viria ainda a acontecer e nesse dia, 20 aviões sírios foram abatidos nos Golã. Negociava-se a paz no Sinai, mas nos montes Golã os combates continuavam, com tendência para a vitória do estado judeu.

<sup>133</sup> Aragão, 2006, p. 218

<sup>134</sup> Gilbert, 1998, p. 500

<sup>135</sup> Lembramos que o monte Hermon tinha sido conquistado pelo exército sírio e era de vital importância, pelas suas características, para a obtenção de informações do CB.

<sup>136</sup> Uma posição que, no antecedente, era controlada pelas FDI. Israel sabia melhor que ninguém como atacar e conquistar aquela posição, pois eram conhecedores de todas as suas características.

<sup>137</sup> Localizado no monte Hermon.

<sup>138</sup> Gilbert, 1998, p. 501



No dia 24 de Outubro, após aprovação de nova Resolução<sup>139</sup>, à imagem de Sadat, al-Assad, viria também a concordar totalmente com os termos nela descritos. Também na frente norte a guerra terminara. Independentemente do ambiente, das características morfológicas do terreno ou dos meios disponíveis, o decurso da acção nesta frente foi em tudo idêntico ao da frente sul. À semelhança de Egipto, a Síria atacou, obteve o sucesso inicial, mas permitiu a reviravolta israelita, nunca conseguindo impedir o avanço das FDI para além das suas fronteiras. Particularmente na frente norte, apesar de contar com reforços de outros países da liga árabe, a Síria nunca fora realmente capaz de pôr em causa a superioridade das FDI. De facto, não fossem as contenções israelitas, devido ao receio que tinha de provocar demasiado a ex – URSS, o povo sírio teria visto, certamente, a sua capital ser atacada em grande escala pelas FDI.

## 2.4. ACÇÕES DIPLOMÁTICAS

Neste subcapítulo procurámos investigar as influências que eram movidas nos bastidores do TO. Achámos deveras importante analisar e expor estes dados, uma vez que a classe política é a responsável, em qualquer circunstância, por declarar a guerra e fazer a paz.<sup>140</sup> Anos antes de a Guerra do Yom Kippur ter eclodido, e desde o início até ao final do conflito, quer o Governo israelita, quer os chefes de estado egípcio e sírio desenvolveram contactos com países que, por defeito, estavam solidários com a sua causa. Assim sendo, Israel procurava apoio diplomático nos países ocidentais. Os árabes faziam o mesmo recorrendo a países de leste<sup>141</sup>.

O povo judeu sempre foi hábil, perseverante e activo, e como tal, desde que se estabeleceu naquela região, Israel procurou dinamizar a sua indústria, o seu comércio, entre outros, de forma a dar vitalidade à sua economia e a ter uma base sólida para, no futuro, ser um país próspero sem depender de ajudas externas. Com o passar dos anos, encarando o facto de ser um país mal aceite pelos seus vizinhos, com que fazia fronteira, e tendo em vista a sua própria defesa, Israel desenvolveu muito a sua indústria de Defesa, fabricando o seu próprio armamento<sup>142</sup>.

Por seu lado, os países árabes recorriam à compra de material bélico a países cuja indústria era mais desenvolvida. De facto, Egipto e Síria não tinham capacidade de fabricar

---

<sup>139</sup> Documento 2 - Resolução nº 338 de 22 de Outubro de 1973 do Conselho de Segurança da ONU.

<sup>140</sup> Couto, 1988, p. 82

<sup>141</sup> Em 1973 vivia-se a Guerra Fria, entre a NATO e a ex – URSS. Foi este o resultado da II Guerra Mundial, duas potências emergentes (EUA e Rússia) cujo objectivo era comum: ser a maior superpotência mundial. Havia muitos interesses, quer de um lado quer do outro, na Guerra do Yom Kippur, uma vez que, ainda que no plano diplomático, EUA e ex – URSS se defrontavam novamente.

<sup>142</sup> A série de CC Merkava, a Pistola-metralhadora Uzi ou a Espingarda de assalto Galil são alguns exemplos recentes, embora o expoente máximo da indústria de Defesa Israelita tenha sido o fabrico de misseis nucleares da série Jericó, na década de 1970.



armas de uma forma tão perfeita como tinha Israel. As limitações na sua indústria<sup>143</sup> obrigava-os a recorrer à ajuda externa para equipar e armar os seus exércitos. Grande parte do material e armamento que os árabes levaram para o CB era proveniente da ex – URSS, como referimos, e que na altura estava na vanguarda da tecnologia, no que diz respeito a este ramo da indústria. A corrida ao armamento com os EUA assim o obrigava.

Israel desde cedo se habituou a desenvolver relações externas com outros países, um pouco por todo o mundo<sup>144</sup>. Além disso, estava atento a tudo o que tinha a ver directamente com o país, ou com os seus países vizinhos. “Foi com preocupação que Israel viu o reatamento de relações diplomáticas entre a Síria e a Jordânia, ou que ouviu Mobutu, Presidente do Zaire, a cortar relações com Israel até «o Egipto e os outros países árabes recuperarem os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias.»”<sup>145</sup>

Durante a Guerra do Yom Kippur, essas relações diplomáticas foram uma constante. À medida que a evolução do conflito avançava, a intensidade e preponderância desses contactos eram cada vez maiores. De facto, a resolução militar era a que menos interessava a todos os países envolvidos, tendo em conta o esforço que se fazia para ter capacidade de manter as forças a combater. Em Israel, por exemplo, a produção nacional estava praticamente estagnada devido à necessidade de mobilizar a esmagadora maioria dos homens em condições de combater. Assim sendo, a produção nacional estava aquém do habitual. Os árabes, se não tinham a limitação dos recursos humanos, uma vez que eram países muito mais populosos que Israel, tinham que adquirir armamento e equipamento para dotar as suas Forças Armadas. Só recorrendo à compra desse material o Egipto e a Síria poderiam derrotar as FDI. Ora, compreenda-se, essa aquisição era extremamente dispendiosa.

Às 21:30 do dia 9 de Outubro o General Aharon Yariv deu uma conferência de imprensa, além de fazer referência à evolução dos combates nas duas frentes, o seu discurso contemplou também as abordagens a que fizemos referência. Disse Yariv que “nos últimos anos se registara um «fluxo enorme de armamento» da ex – URSS para o Egipto e para a Síria; que Israel «fizera o seu melhor» para compensar esse fluxo, tanto através da produção interna como «obtendo o que era possível dos nossos amigos»; mas quando a guerra eclodira, a discrepância de material era «pronunciada.»”<sup>146</sup> Aqui podemos ter uma

<sup>143</sup> Os países árabes não tinham a astúcia e a dinâmica do povo judeu. Além disso, eram países pobres, e cuja capacidade industrial ficava muito aquém do necessário para ser independentes ao nível do fabrico do seu próprio armamento.

<sup>144</sup> A Declaração de Independência de Israel não gerara consenso. Havia muitos países que reconheciam a soberania do Estado judaico e que aceitavam de bom grado a sua existência. No entanto, havia outros que além de não reconhecer Israel como um estado soberano, ainda afirmavam que só descansariam quando vissem Israel destruído. Também o facto de Israel se ter apoderado de territórios que não eram seus após a Guerra dos Seis Dias veio contribuir para a crescente onda de manifestação anti-Israel.

<sup>145</sup> Gilbert, 1998, p. 467.

<sup>146</sup> Gilbert, 1998, p. 482.



noção de que, perante as dificuldades vividas nos primeiros dias de guerra<sup>147</sup>, Israel queria mostrar ao mundo que lutava de forma desigual contra um adversário equipado com a tecnologia de ponta naquela época. Além disso, queria alertar o mundo da influência que a ex – URSS estava a ter no conflito<sup>148</sup>.

No dia seguinte, 10 de Outubro, Golda Meir falou aos jornalistas. Reiterou as palavras de Yariv quanto ao fornecimento de material pela ex – URSS. Além disso, apelou ao Rei Hussein da Jordânia para que não se juntasse ao ataque. Relembrou ao monarca a derrota que Israel infligira ao seu país seis anos antes, onde a Jordânia perdeu territórios importantes por se ter deixado influenciar pelo Presidente Nasser quanto às fragilidades de Israel. Meir afirmou convictamente que “Israel não permitirá que venham aqui destruir o sonho dos israelitas. Israel será próspero no futuro.”<sup>149</sup>

Entretanto, com a reviravolta consumada, os árabes começaram a sentir mais dificuldades nos confrontos nas linhas da frente. Todos os dias o Egipto e a Síria perdiam enormes quantidades de material, fossem CC, mísseis antiaéreos, mísseis terra-ar ou mesmo meios humanos. Ainda que este desgaste constante fosse importante, Israel não conseguia colher os frutos das suas acções. A um ritmo praticamente diário, a ex – URSS fazia chegar aviões com material para reabastecer os exércitos árabes. Nesses aviões vinha todo o tipo de material que era necessário para manter um potencial de combate elevado nas linhas da frente árabes. Yadin comentou que “os fornecimentos soviéticos entravam em Damasco como se esta cidade se tratasse de Estalinegrado<sup>150</sup> e não da capital síria.”<sup>151</sup> Israel não queria arriscar a abater esses aviões no ar. Cortaria o abastecimento aos exércitos inimigos, mas enfrentaria um problema que não tinha capacidade de resolver: a entrada da ex – URSS na guerra. Ainda assim, quando os aviões soviéticos pousavam em solo árabe, eram abatidos<sup>152</sup>.

Quando as FDI estavam cada vez mais próximo de Damasco, o governo soviético avisou, através do seu embaixador nos EUA, Anatoly Dobrynin, que a ex – URSS entraria na guerra na defesa de Damasco, se a cidade fosse assaltada pelas FDI. Colocou em alerta unidades aerotransportadas para o efeito. Richard Nixon, Presidente dos EUA, depois de muita hesitação, autorizou uma ponte de reabastecimento a Israel. Este fornecimento de

---

<sup>147</sup> Relembramos que no início da guerra os países árabes conseguiram vencer algumas batalhas com relativa facilidade.

<sup>148</sup> Com estas palavras, Israel chamava a atenção dos EUA para o seu problema, na esperança de que de Washington viesse ajuda para poder equilibrar o potencial das forças que se opunham.

<sup>149</sup> Allen, 1982 p. 33

<sup>150</sup> Actual Volgogrado, onde, na II Guerra Mundial, o exército soviético derrotou o exército alemão. Yadin fazia referência à batalha de Estalinegrado, uma das maiores da II Guerra Mundial

<sup>151</sup> Gilbert, 1998, p. 486

<sup>152</sup> Israel argumentava que, estando em guerra com Egipto e Síria, a ex – URSS não podia esperar que as bases aéreas árabes estivessem a salvo de bombardeamentos israelitas. (Aragão, 2006, p. 199).



material permitiria às FDI continuar o combate e fazer frente à enorme desvantagem com que se deparavam, no que a material diz respeito.

Entretanto, Israel criticava o comportamento da França, que tinha fornecido material aos inimigos com que lutavam, embora, se comparado com os fornecimentos soviéticos, o francês era de pouca monta. A postura do Reino Unido também enfurecia o governo israelita. O governo londrino tinha decidido suspender todos os fornecimentos de material aos países beligerantes. Israel tinha em mente a aquisição de mais viaturas Centurion, um CC de fabrico inglês para enviar para a frente de combate.<sup>153</sup> Os únicos países que adquiriam material inglês era Israel e a Jordânia<sup>154</sup>. Outro aspecto prendia-se com o treino que o Reino Unido dava aos pilotos de caças egípcios. O Reino Unido alegava que era do interesse de Israel que estes pilotos estivessem em treino e não na frente de combate.

Entretanto, chegava o abastecimento dos EUA para ajudar Israel no esforço de guerra, essencial para manter vivas as aspirações israelitas de vencer a Guerra do Yom Kippur, como de resto, era reconhecido pelos seus governantes. Sem a ajuda americana, Israel enfrentava uma derrota que poderia pôr em causa a sobrevivência do Estado Judeu.

Em Israel, o sentimento anti-soviético ganhava cada vez mais força<sup>155</sup>. O Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita expôs o problema de forma veemente: “Desde 1955 que a ex – URSS tem inviabilizado a possibilidade de paz no Médio Oriente. Esse facto esteve na origem das guerras que Israel tem travado. Os russos deram tantas armas aos árabes que eles perguntavam: «Porque havemos de negociar com Israel? Vamos declarar-lhes guerra!» Graças à Rússia, o Egipto tinha 4900 CC no início da Guerra. Como podia a Rússia querer que o Egipto ficasse de braços cruzados quando lhes fornecia armamento? Como pode a Rússia dizer-se a favor da paz e, ao mesmo tempo, enviar 5000 CC para uma zona em conflito? Estamos convencidos que os russos sabiam que esta guerra ia acontecer, nada fizeram para a impedir e continuam a alimentá-la todos os dias.”<sup>156</sup>

Shimon Peres dizia que Israel tinha que convencer os russos a deixar de empurrar os árabes para a guerra. Seria bom os árabes recuperarem a sua honra e o seu prestígio, algo que nunca aconteceria enquanto fossem constantemente derrotados no CB. Com a honra e o prestígio restabelecidos, judeus e árabes poderiam avançar para a paz, através da qual a tolerância e a sã convivência entre os dois povos seriam possíveis. Peres afirmava que se não fosse a reacção dos EUA em ajudar, Israel perderia a Guerra do Yom Kippur.

No dia 17 de Outubro, os exércitos dos países envolvidos no conflito eram abastecidos quase diariamente. Nenhuma das superpotências enviara tropas, embora a ex - URSS estivesse tentada a fazê-lo. Recuou nessa intenção após o aviso dos EUA, que afirmaram

<sup>153</sup> Gilbert, 1998, p. 491

<sup>154</sup> Este embargo não afectava o potencial de combate egípcio e sírio árabe porque estes não compravam material ao Reino Unido. O embargo afectava deliberadamente, apenas e só, Israel.

<sup>155</sup> Com a certeza de ter os EUA do seu lado, Israel era mais agressivo, até com a ex – URSS.

<sup>156</sup> Gilbert, 1998, p. 493



que se os soviéticos enviassem tropas para o Médio Oriente, os EUA não teriam alternativa senão enviar também as suas tropas.

Vendo a sua derrota iminente, o Presidente Sadat apelou à mediação soviética para que fosse alcançado um acordo de cessar-fogo. Este apelo foi prontamente seguido<sup>157</sup>. Um diplomata soviético tinha-se deslocado ao Cairo para persuadir os egípcios a aceitar o cessar-fogo. Os EUA também se voluntariaram para negociar o cessar-fogo. Ficou acordado em Moscovo que ambas as partes, EUA e ex - URSS pressionariam no sentido de se fazer a paz.

No dia 21 de Outubro, Israel e EUA chegaram a acordo para o cessar-fogo<sup>158</sup>. Foi esta intervenção americana que salvou o 3º Exército egípcio. Nesta altura, as FDI tinham cercado a força egípcia e era uma questão de tempo até ser totalmente destruída. No entanto, devido à recusa síria em aceitar o que estava escrito no diploma, o cessar-fogo apenas entrou totalmente em vigor às 13:00 do dia 24 de Outubro de 1973<sup>159</sup>.

Foram estas as principais acções diplomáticas levadas a cabo durante a Guerra do Yom Kippur. Se não fosse a via diplomática a agir, durante o conflito, provavelmente o desfecho da guerra teria sido diferente. No entanto, reiteramos a importância de tais acções, uma vez que foi através da diplomacia que se alcançou a paz. Provavelmente teríamos assistido à destruição de exércitos inteiros se aquele conflito tivesse continuado a ser discutido no CB.

## 2.5. O FIM DA GUERRA

A Guerra do Yom Kippur chegara ao fim. “Quando o número de vítimas mortais foi revelado, a sociedade israelita sofreu um abalo muito profundo, e do qual demorou anos a recuperar.”<sup>160</sup> Na verdade, esta guerra foi considerada uma calamidade devido, em primeiro lugar, ao elevado número de baixas. Em segundo lugar, a perda de território que se seguiu ao fim da guerra por parte de Israel<sup>161</sup>. Em terceiro lugar, a natureza do ataque, que surpreendeu tanto o Governo como as FDI. Por último, a incapacidade de Israel conquistar uma vitória esmagadora a nível militar<sup>162</sup>. Os israelitas, que viviam num clima de segurança devido à confiança que depositavam nas FDI, começaram a questionar se Israel estava realmente seguro. Fora óbvia a dependência de Israel da ajuda externa. Somados estes quatro argumentos, eles explicam a frustração do povo israelita.

<sup>157</sup> A Rússia não queria ver os seus aliados egípcios e sírios totalmente derrotados. Seria uma situação desprestigiante para os árabes, mas também para os russos.

<sup>158</sup> Os EUA pressionaram Israel a aceitar e este acordo significa que Israel concordava com todas as directrizes do documento elaborado em conjunto entre os EUA e a ex – URSS.

<sup>159</sup> Documento 2.

<sup>160</sup> Liebman, 1993, p. 400

<sup>161</sup> Ver figura 12.

<sup>162</sup> Para ganhar a guerra, Israel teve que recorrer a ajuda externa dos EUA.



Se em guerras anteriores Israel tinha conquistado algo extremamente valioso<sup>163</sup>, na Guerra do Yom Kippur Israel nada de relevante tinha conquistado. Não deixa de ser verdade que, neste caso, Israel foi obrigado a partir para a guerra. Foi a parte atacada e não a parte atacante. Aos olhos da sociedade, se Israel não combatesse, provavelmente deixaria de existir enquanto estado soberano. Esse facto atenuou o sentimento derrotista que se vivia.

Outra consequência foi a grave crise financeira que se abateu sobre os países envolvidos. Alimentar o esforço de guerra recorrendo à tecnologia de ponta existente na altura, no que diz respeito ao material utilizado nas linhas da frente saiu demasiado caro. Na verdade, Israel, Síria e Egito contraíram uma dívida externa astronómica, o que fez com que o nível de vida interno viesse a decrescer, levando ao descontentamento da população.

A Guerra do Yom Kippur contribuiu também para o isolamento de Israel no mundo. O Terceiro Mundo, principalmente países africanos e asiáticos cortaram relações diplomáticas com Israel logo após assinado o acordo de cessar-fogo. Este corte de relações inquietava particularmente Golda Meir, uma vez que uma das suas políticas foi estabelecer parcerias com esses países, dando como exemplo o Estado de Israel, e como se conseguira estabelecer como um país soberano. Essa parceria deixava de existir abruptamente<sup>164</sup>.

Apesar de Israel ter tido grande sucesso a nível militar, o êxito inicial do Egito, ao atravessar o canal do Suez e ao avançar pela linha de Bar-Lev permitiu-lhes ter um avanço psicológico que acabaria por levar a um acordo político. O Egito recuperara a sua honra<sup>165</sup>: esse fora o primeiro objectivo do ataque, e não exactamente o avanço pelo Sinai rumo às fronteiras de Israel. Para os egípcios, a Guerra do Yom Kippur não foi uma Guerra de conquista, mas de auto-afirmação.<sup>166</sup>

Falando de baixas provocadas pela guerra, elas são elevadíssimas tendo em conta a duração do conflito. Para Israel, estes números eram demasiado severos. Para além de ser um país pequeno, com menores recursos humanos que os seus oponentes, era um povo já muito fustigado pela violência, e que, durante a sua curta existência como estado independente, acabara de travar a sua quarta guerra.

Os países árabes absorveram melhor o impacto que estas baixas provocavam nas suas sociedades. O ódio contra Israel que fora cultivado nos anos antecedentes pelos seus líderes dava agora frutos: por um lado, a guerra tinha sido encarada como uma obrigação tendo em vista a aniquilação de Israel. O povo judeu deveria ser destruído, fosse a que custo fosse. Por outro lado, devido a esse ódio, as baixas eram aceites como sacrifícios feitos pelos seus soldados em prol dos interesses da nação e do mundo árabe.

---

<sup>163</sup> A título de exemplo, o resultado imputado à Guerra da Independência é o estabelecimento do Estado e do resultado da Guerra dos Seis Dias foi a ocupação da Cisjordânia e dos seus lugares sagrados, especialmente a parte oriental de Jerusalém, que contém o Muro das Lamentações.

<sup>164</sup> Gilbert, 1998, p. 504

<sup>165</sup> Que tinha perdido após a esmagadora derrota na Guerra dos Seis Dias.

<sup>166</sup> Gilbert, 1998, p. 504



### 3. ACÇÕES DE PORTUGAL NA GUERRA DO YOM KIPPUR

Neste capítulo a nossa investigação focaliza-se no posicionamento do Governo Português, em relação ao conflito. Julgamos muito interessante saber até que ponto Portugal poderá ter desenvolvido acções de âmbito diplomático que interferissem directa ou indirectamente na Guerra do Yom Kippur. Como vimos em capítulos anteriores, a resolução de um conflito não acontece apenas devido ao que observamos no TO. Nos bastidores, a classe política trabalha todos os dias de forma a conseguir uma resolução que vá de encontro aos interesses de cada uma das partes envolvidas no conflito.

Numa situação de guerra, é certo e sabido que os interesses dos beligerantes são antagónicos<sup>167</sup>. Neste caso, as divergências vinham-se arrastando há vários anos, e viriam a atingir o seu auge no dia em que o Egipto e a Síria lançaram o ataque a Israel. Ainda assim, teremos que ter em linha de conta que a situação geral que se vivia no Médio Oriente propiciava o conflito. Fora assim desde sempre. Naturalmente que os países do mundo ocidental<sup>168</sup> seguiam com interesse a evolução diária da conjuntura naquela região e Portugal não era excepção<sup>169</sup>.

Desde o final da Guerra dos Seis Dias que o Governo Português se mantinha atento aos desenvolvimentos das acções diplomáticas entre Israel e os seus vizinhos. Portugal fazia por estar informado, através dos seus Embaixadores nas Capitais dos países do Médio Oriente. Havia correspondência diária dos embaixadores portugueses nesses países, na forma de telegrama, para fazer chegar a informação o mais rápido possível a Lisboa. A maior parte deles nada de novo diziam, eram correspondência regular que tinha o objectivo de informar o Governo Português e de o manter a par dos acontecimentos.

Naquela altura, Portugal passava por momentos conturbados. Estávamos em plena Guerra Colonial<sup>170</sup> e o povo português estava a ser sujeito a um sacrifício muito grande para o Governo conseguir manter o esforço de guerra em três TO tão distantes. Para um país da dimensão de Portugal, manter aquele esforço de guerra era uma tarefa sem dúvida muito exigente, quer para o Governo, quer para as Forças Armadas Portuguesas, quer para o povo.

---

<sup>167</sup> Será, por ventura, devido a essa divergência de ideias e interesses que os países, na generalidade recorrem ao uso da força para que a sua vontade seja cumprida.

<sup>168</sup> Do qual Portugal faz parte.

<sup>169</sup> Tenhamos especial atenção ao canal do Suez. Este canal permite que os petroleiros e outros navios mercantes que vinham do Oceano Índico entrassem na Europa pelo Mar Mediterrâneo. Se fosse inviável a passagem desses navios, o custo dos produtos que chegavam à Europa por esse meio seria inflacionado. Se estivermos a falar de petróleo, onde grande parte dos países ocidentais já assentava a sua economia, o encarecimento brusco do crude traria sérios problemas às economias ocidentais.

<sup>170</sup> A Guerra Colonial ocorreu entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre 1961 e 1974.



A crise que se abatera sobre o nosso país e os problemas domésticos que o Governo enfrentava impediam Portugal de se envolver demasiado na Guerra do Yom Kippur. Se era difícil ao Governo justificar a forma como insistia sistematicamente em continuar a guerra ultra-marina, mais difícil seria justificar o envolvimento demasiado profundo num conflito, que, aparentemente, nada tinha a ver com Portugal. Mesmo que conseguisse justificar esse envolvimento, Portugal não tinha meios disponíveis, financeiros ou materiais, para se envolver profundamente.

A nível diplomático, Portugal tinha adoptado uma postura absolutamente neutra na mediação do conflito, desde o final da Guerra dos Seis Dias. Este facto é atestado pelo apontamento de Marçal de Almeida<sup>171</sup>, que dizia que “o Cônsul Geral de Israel declarou-me que o seu Governo agradecia a posição de abstenção que Portugal tem mantido em relação ao conflito e manifestou a esperança de que nos viéssemos a opor ao projecto jugoslavo.”<sup>172</sup> A Jugoslávia tinha delineado um projecto para estabelecer a paz no Médio Oriente, que em nada servia os interesses israelitas, portanto Israel tinha recusado negociar aquele projecto.

Através deste documento podemos afirmar que a postura de Portugal em relação à crise no Médio Oriente era de extrema cautela. Não interessava a Portugal ferir susceptibilidades<sup>173</sup>. Seria mau se algum país se insurgisse, sobretudo envolvido num conflito, devido a uma acção mal ponderada ou que fosse incompreendida. A postura portuguesa era pautada pela descrição e pelo bom senso. Assumia-se, portanto, como um estado imparcial na resolução daquela crise. Ainda que no Conselho de Ministros a posição do Governo fosse, eventualmente, a favor de Israel, a mensagem que Portugal passava além fronteiras era de imparcialidade, não tomando o partido de árabes ou judeus.

Contudo, com esta postura, Portugal não era um nome equacionado quando se pensava em negociar a paz no Médio Oriente. Diplomáticamente, Portugal em nada interferiu na resolução do conflito<sup>174</sup>. A ONU aprovou a resolução que determinava as directrizes que judeus e árabes se comprometiam a respeitar, os EUA e a ex – URSS persuadiram os estados beligerantes a aceitar aquelas directrizes e, conseqüentemente, a respeitar o cessar-fogo. Indirectamente, Portugal não teve influência na Guerra do Yom Kippur.

No entanto, quando necessitou que os EUA reabastecessem com armamento e equipamento as suas Forças Armadas, especialmente o exército, Israel deparou-se com um problema de ordem logística. Os aviões de carga americanos não tinham autonomia para voar dos EUA directamente para Israel e necessitavam de fazer escala num país europeu para se reabastecerem de combustível e poderem prosseguir a sua missão. A autorização

<sup>171</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses no ano de 1967.

<sup>172</sup> Documento 3.

<sup>173</sup> Documento 7.

<sup>174</sup> Apesar de ter o seu lugar no Conselho de Segurança da ONU e ter tido votação na aprovação da Resolução nº 338 do mesmo Conselho.



para utilizar a base aérea de Akrotiri<sup>175</sup>, no Chipre, para reabastecer os aviões americanos, foi recusada a Israel. Todos os países da Europa se mantiveram nesta linha de acção, não deixando os aviões americanos aterrar no seu território para aquele fim. “O único país que providenciou alternativa foi Portugal.”<sup>176</sup> O Governo português autorizou o reabastecimento das aeronaves em território luso, fazendo com que o referido armamento e equipamento chegassem a Israel. Com esta autorização, Israel pôde reequipar as FDI e pôde continuar a combater em condições de igualdade com o Egipto e com a Síria, o que lhe permitiria vencer os exércitos árabes naquele TO.

Na verdade, consideramos que com esta decisão, Portugal teve influência directa no conflito. Esse facto foi assumido pelos governantes israelitas: se o reabastecimento americano não chegasse às FDI, Israel nunca ganharia a Guerra do Yom Kippur. Foi Portugal que permitiu que as armas e o equipamento norte-americano chegassem a Israel, através da autorização que concedeu. Por intermédio desta acção, Portugal ditou o desfecho da Guerra do Yom Kippur, ainda que involuntariamente.

No entanto, estamos em querer que Portugal sabia que, ao autorizar essa escala em solo luso, iria condicionar muito o rumo dos acontecimentos e fazê-los pender para um dos contendores. De um momento para o outro, Portugal teve nas suas mãos o desfecho da Guerra do Yom Kippur: ou autorizava a entrada em espaço aéreo nacional da aeronave americana e dava a conhecer ao mundo a sua posição a favorável a Israel, ou negava essa autorização e tomava o partido de Egipto e Síria.

Portugal optou por autorizar essa escala, e podemos dizer que a posição de Portugal relativamente à Guerra do Yom Kippur foi a favor de Israel. Demonstrou-o com esta acção, e embora de forma discreta, como convinha a Portugal, o mundo ficou a saber que posição o Governo Português tinha tomado face à Guerra do Yom Kippur.

---

<sup>175</sup> O Reino Unido controlava esta base aérea, à semelhança, por exemplo, do rochedo que materializa Gibraltar.

<sup>176</sup> Gilbert, 1998, p. 491.



## **CONCLUSÕES**

Neste trabalho analisámos a Guerra do Yom Kippur e a forma como cada uma dos países se envolveu no conflito. Analisámos os factores que levaram à eclosão do conflito, através de um enquadramento no qual demos ênfase às relações externas praticadas por Israel e pelos países da Liga Árabe, nomeadamente o Egípto e a Síria. De seguida debruçámo-nos sobre o conflito, dando importância aos aspectos que nos pareceram essenciais para poder realizar um estudo assertivo e objectivo em torno da pergunta de partida que formulámos no início do nosso trabalho. Por fim, fizemos referência à postura que Portugal adoptou durante o conflito, uma vez que, além de valorizar a nossa investigação, também nos pareceu importante ter uma ideia de como o nosso país se manifestou perante esse conflito.

Com a nossa atenção centrada nos antecedentes, especialmente nos anos que se seguiram ao final da Guerra dos Seis Dias e até ao início da Guerra do Yom Kippur, verificámos a primeira hipótese da nossa investigação, ao provarmos que era difícil chegar a uma base de entendimento, político, cultural ou social, entre o Estado de Israel e os países árabes. Desde logo por Israel se ter estabelecido, como estado independente naquela região do planeta. Esse facto foi muito mal aceite pelo mundo árabe em geral, e pelos países que seriam vizinhos de Israel em particular, nomeadamente Egípto, Síria, Jordânia e Líbano.

Após a Guerra dos Seis Dias, Israel tentou negociar a paz com o Egípto e com a Síria. Demonstrámos que essas negociações estavam condenadas ao fracasso devido às respostas intransigentes dos países árabes nesse sentido. Além de recusarem sentar-se à mesa de negociações com Israel, a Liga Árabe ainda reiterou o ódio e a intolerância com o estado Judeu. A derrota que tinha acabado de sofrer – humilhante, na verdade – impedia o orgulho árabe de encetar conversações. Não fazia parte da mentalidade árabe subjugar-se à negociação com Israel sem primeiro tentar a sua destruição pelo uso da força armada. Tivessem havido negociações e a Guerra do Yom Kippur teria sido evitada, mas com a intransigência árabe em negociar, era absolutamente impossível chegar-se a um acordo pacifista.

Para a verificação da segunda hipótese, tivemos em atenção as alterações resultantes da Guerra dos Seis Dias. Conseguimos demonstrar que essas alterações foram uma ferida aberta no orgulho e na auto-estima árabes, povo cuja tenacidade e intensidade com que vivem as suas convicções é por demais conhecida e reconhecida. Ora, ter que suportar uma derrota daquela magnitude infligida por um país mais pequeno, cuja rivalidade era imensa desde que Israel se tinha estabelecido no Médio Oriente era demasiado grave. Além da derrota dos países árabes, à qual fizemos referência ao longo do TIA, a anexação dos



territórios no Sinai, nos montes Golã e na Cisjordânia nunca foram aceites, compreensivelmente, pelo mundo árabe, provocando nesses países um sentimento de revolta e uma sede de vingança que se viria a revelar mais tarde.

Apesar da boa vontade dos líderes israelitas em tentar administrar os territórios anexados de modo a promover a paz e a harmonia entre os dois povos, a verdade é que os Presidentes do Egipto e da Síria jamais aceitaram esse facto. Na verdade, era visto como uma humilhação, uma vez que além da derrota que tinham sofrido na Guerra dos Seis Dias, ainda tinham que assistir à anexação israelita de territórios que eram seus no antecedente. Com o objectivo de recuperar esses territórios, o Egipto e a Síria planearam um ataque em grande escala a Israel. Sem que Telavive desconfiasse, os árabes atacaram o estado judeu num dia importante, o dia mais importante para os Israelitas. Além de quererem forçar Israel a retirar dos territórios ocupados em 1967, os árabes procuravam recuperar a honra e o prestígio perdidos seis anos antes e para recuperá-los, tinham que atacar, derrotar e destruir Israel.

Com a nossa investigação já focalizada na Guerra do Yom Kippur, tivemos em atenção um aspecto extremamente importante na análise de qualquer conflito, as informações. Em tempo oportuno explicámos o porquê de termos dado tamanha importância a este aspecto. De facto, sem o acesso a informações e ao seu correcto tratamento, torna-se impossível a uma força preparar um ataque bem sucedido, no caso árabe, ou preparar uma operação defensiva, no caso israelita. Na verdade, este aspecto teve um papel preponderante no decurso das operações de combate naquele TO. Foi através dele que conseguimos demonstrar a terceira hipótese por nós colocada.

Pudemos constatar que o Egipto e a Síria estudaram e analisaram os dispositivos defensivos de Israel, quer no deserto do Sinai, onde Israel assentava a sua defesa na linha de Bar-Lev, quer também nos montes Golã. Prova disso foi o facto de um dos primeiros objectivos do exército sírio ter sido o monte Hermon, onde Israel tinha um posto de observação, obtenção e tratamento de informações. Realça também essa ideia o facto de uma das principais acções ofensivas de Israel na frente norte ter sido a reconquista do monte Hermon, mesmo que isso implicasse a perda de vidas, como veio a suceder.

Por seu lado, Israel e os seus governantes confiaram demasiado nas FDI e no seu poderio. Vivia-se um clima de excesso de confiança derivado da vitória esmagadora na Guerra dos Seis Dias. Nessa guerra, Israel tinha demonstrado que era uma potência regional para a qual os países árabes não tinham capacidade de resposta no CB. Depois da vitória, Israel decidira construir a linha de Bar-Lev, que sendo fortificada, deixava o governo de Telavive descansado quanto à possibilidade de um ataque vindo do Egipto.

A juntar a estes factos, Israel teve uma prestação deficitária na análise e tratamento das informações. Temos como exemplo o caso do tenente Benjamin Siman-Tov, que teria



apresentado um relatório detalhado sobre os exercícios militares egípcios na margem oeste do canal do Suez. Esse relatório fora ignorado, mas veio a provar-se que Siman-Tov tinha feito uma correcta avaliação. Houve excesso de confiança dos governantes e dos chefes militares.

Na realidade, Israel não se preparara para a Guerra do Yom Kippur. Não conseguiu deter o ataque inicial árabe por não ter mobilizado as suas reservas atempadamente, o que lhe causou baixas humanas e materiais. Pelo contrário, os países prepararam o ataque a Israel pormenorizadamente, com o maior segredo, que lhes permitiu ter a surpresa, o ímpeto, a iniciativa e o sucesso inicial. Veríamos mais tarde que a forma como Israel respondeu foi digna de registo e se o país estivesse preparado para o ataque árabe no dia 6 de Outubro, provavelmente o monte Hermon nunca teria sido conquistado pelos sírios, e a linha de Bar-Lev não teria sido ultrapassada.

Posteriormente, tentámos saber que acções Portugal poderá ter desenvolvido, ao nível da diplomacia, tendo em conta a crise no Médio Oriente. Em todos os conflitos a acção da diplomacia é tida em conta, uma vez que, por norma, há sempre a tentativa de chegar a um acordo de cessar-fogo ou de tréguas para se negociar a paz. Consideramos estas acções indirectas, porque não vão influenciar a conduta das operações no TO. A Guerra do Yom Kippur não foi diferente. Após a eclosão da guerra, a diplomacia de vários países tentou pôr fim ao conflito rapidamente, nomeadamente dos EUA e da ex – URSS, assim que uma das partes, neste caso o Egipto, se mostrou interessada em sentar-se à mesa das negociações.

Como foi referido, a situação interna no nosso país não era favorável a um envolvimento profundo na Guerra do Yom Kippur. Ainda que Portugal quisesse ser mais interventivo, os meios que o governo português tinha à sua disposição naquele período da História eram escassos. Portugal desenvolvia um esforço de guerra muito exigente para um país das nossas dimensões, o que lhe consumia todos os recursos humanos e materiais que tinha. Além desse facto, a sociedade portuguesa, fustigada pelos dramas da Guerra Colonial, não estava preparada e não aceitaria o envolvimento de Portugal em mais um conflito, que, à partida, nada tinha a ver com Portugal.

Tendo estes factos em consideração, o governo português optou por manter uma postura neutra, sem tomar o partido de qualquer beligerante. Assim, garantia que nenhum estado se insurgiria com alguma tomada de posição de Portugal, uma vez que uma tomada de posição a favor de um dos beligerantes poderia ser vista com desconfiança pela outra parte. Com essa desconfiança, surgiriam possíveis represálias ou retaliações. Esse seria um problema que Portugal não queria, certamente, enfrentar naquele período conturbado, por isso mantinha-se atento à situação, tendo em conta a importância para a Europa da zona onde acontecia o conflito, mas numa postura absolutamente neutra. Diplomáticamente, Portugal ficou à margem das negociações de paz, apesar de ter tido assento no Conselho



de Segurança da ONU quando se procedeu à votação e aprovação da Resolução que determinava as directrizes orientadoras do cessar-fogo.

No que diz respeito à validação da quinta hipótese, consideramos que Portugal influenciou directamente a conduta das operações de combate no TO do Médio Oriente. Com efeito, a autorização concedida para os aviões de carga norte-americanos, cuja missão era reabastecer as FDI com armamento e equipamento para que Israel pudesse alimentar o seu esforço de guerra, foi decisiva no desfecho da Guerra do Yom Kippur.

Israel reconhecera mais tarde que esses reabastecimentos foram essenciais para poder prosseguir a sua contra-ofensiva, uma vez que o armamento que chegava dos EUA podia equiparar-se, em quantidade e qualidade, ao material que a ex – URSS tinha vindo a fornecer aos seus inimigos. Ainda que de forma involuntária, Portugal permitiu a Israel obter o sucesso, a nível militar, que se lhe reconhece.

A realização deste estudo permitiu-nos entender vários aspectos ocorridos na Guerra do Yom Kippur. Ao delimitarmos a nossa investigação, houve aspectos igualmente importantes que não referimos. Entenda-se que é de todo impossível analisar na íntegra todo o conflito, uma vez que a tipologia de operações levadas a cabo durante a guerra é imensa. Tal facto impossibilitou-nos de o fazer, uma vez que se por aí tivéssemos avançado, a realização do TIA seria impraticável. A análise específica de uma força ou de uma batalha teria sido importante, mas não daria resposta à nossa pergunta de partida. Achámos mais relevante focalizar a nossa análise na perspectiva macro a que fizemos referência, sem pormenorizar demasiado uma tipologia de força ou uma batalha isoladamente, e assim conseguir dar uma ideia global de todos os aspectos que traçaram os contornos da Guerra do Yom Kippur.

Fazendo uso da surpresa, do segredo, da decepção e da contra-informação, os árabes prepararam-se melhor para a guerra. Sabiam que Israel não esperava o seu ataque e que desvalorizava as movimentações que os seus exércitos levavam a cabo junto ao canal do Suez e da fronteira israelo-síria. Este menosprezo de Israel deu aos árabes o tempo e a tranquilidade necessários para preparar o seu plano de ataque, que puseram em marcha no dia mais importante do calendário judaico. Nesse dia, nunca é demais lembrá-lo, a quase totalidade do povo israelita encontrava-se nas Sinagogas a orar, jamais esperava um ataque. Nada o fazia prever. Mas esse ataque passou a ser uma realidade.

Podemos afirmar que, após um mau início de Israel na Guerra de Yom Kippur, o que fez com que houvesse algum desconforto e um crescimento do sentimento de insegurança no povo israelita, as FDI conseguiram operar uma reviravolta em ambas as frentes da guerra, a sul e a norte. Embora não estivessem preparadas para responder, as FDI não cederam muito terreno nos primeiros dias de confrontos. Com a mobilização das reservas de Israel, e com estas a reforçar as linhas da frente, aliadas ao reabastecimento norte-



americano permitiram a Israel operar a reviravolta e ser bem sucedido na Guerra do Yom Kippur.

Outro factor que permitiu a Israel obter o sucesso foi a tenacidade e a dedicação com que as FDI cumpriam as missões que lhes iam sendo atribuídas. Recordamos um episódio em particular<sup>177</sup>, descrito por um general egípcio que se encontrava na frente sul, que ilustra perfeitamente as características a que fizemos referência. Os soldados israelitas lutavam até ao limite das suas forças, não se escusavam a sacrifícios e privações para cumprir as missões de que eram incumbidos. Estava em causa a sobrevivência do estado de Israel, e sendo esse um objectivo vital para o estado, estavam dispostos a lutar e a morrer por ele.<sup>178</sup>

A audácia, o planeamento, o conceito e as decisões tomadas pelos comandantes israelitas, que sabendo das limitações de meios que Israel tinha, sobretudo em quantidade, optavam por desgastar as forças árabes<sup>179</sup>, para haver algum equilíbrio de forças, também foram muito importantes para Israel garantir a vitória militar neste conflito. Quando sentiam que o potencial de combate era equilibrado, os comandantes israelitas empenhavam as suas forças decisivamente para destruir a já desgastada força opositora.

A lógica de Yom Kippur estava directamente relacionada com uma vitória árabe. Foram os árabes que, com enorme surpresa e ímpeto, atacaram Israel. As FDI conseguiram contrariar essa lógica, apesar das dificuldades iniciais, uma vez que fizeram melhor uso dos meios que tinham à sua disposição, e quando consumaram a reviravolta, atacavam com mais acutilância as posições árabes, chegando perto das capitais de Egipto e Síria, Cairo e Damasco, respectivamente.

Um dos problemas encontrados, que já referimos na Introdução, prende-se com a escassez de fontes tendo em linha de conta o ponto de vista árabe. Provavelmente a afinidade de Israel com o mundo ocidental assim o determina. A realidade é que essa escassez de fontes nos levantou algumas dificuldades na articulação do TIA, uma vez que sentimos que o ponto de vista árabe não foi tão explorado como foi o ponto de vista israelita. Ainda assim, julgamos eloquente a análise de todos os intervenientes neste conflito.

Para futuras investigações, achamos interessante analisar-se este conflito tendo mais em conta os aspectos táticos, de Grande Unidades ou de baixos escalões. Tentar analisar as acções de combate de uma determinada força naquele TO, ou, por outro lado, analisar todo o desenrolar dos acontecimentos apenas numa frente da Guerra do Yom Kippur. Sugerimos, dada a experiência adquirida, que se analise em particular a frente sul, quer pelos meios envolvidos, quer pelas acções que ali ocorreram e que infelizmente não pudemos expor no nosso estudo devido às limitações impostas. Achamos que seria um tema com muito interesse a explorar no futuro.

---

<sup>177</sup> Ver página 17 do TIA.

<sup>178</sup> Couto, 1988, p. 33.

<sup>179</sup> Ver página 24 do TIA.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. FONTES PRIMÁRIAS

#### 1.1. Arquivo Histórico Diplomático

AHD; Departamento de Política África/Ásia; maço 8;

**Documento 6** – Apontamento de Marçal de Almeida de 12 de Setembro de 1967.

AHD; Departamento de Política África/Ásia; maço 43

**Documento 7** – Circular de 8 de Junho de 1967 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

AHD; Departamento de Política África/Ásia; maço 996;

**Documento 3** – Ofício nº192 de 26 de Maio de 1972 da Embaixada Portuguesa em Beirute.

**Documento 4** – Ofício nº 296 de 16 de Dezembro de 1969 da Embaixada Portuguesa em Telavive.

**Documento 5** – Circular de 28 de Janeiro de 1971 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

#### 1.2. Arquivos Online

Base de dados online da página da Organização das Nações Unidas; Documentos; Conselho de Segurança; Resoluções;

**Documento 1** – Resolução 242 de 22Nov1967 do Conselho de Segurança da ONU.

**Documento 2** – Resolução 338 de 22Out1973 do Conselho de Segurança da ONU.

## 2. BIBLIOGRAFIA (Citada e Consultada)

### 2.1. TEORIA E MÉTODO

ECHO, U. (2007). *Como se faz uma Tese*. Lisboa: Editorial Presença.

MENDES, J. M. (1987). *A História como Ciência*. Coimbra: Coimbra Editora.

QUIVY, R. e. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.



## 2.2. ENCICLOPÉDIAS, DICIONÁRIOS E ATLAS

GRIESS, T. (1986). *Atlas of the Arab-Israeli Wars, the Chinese Civil War and the Korean War*. New Jersey: Pergamon Press.

SMITH, D. (2008). *O Atlas do Médio Oriente*. Portsmouth: Publifolha.

## 2.3. OBRAS DE CARÁCTER GERAL

ARAGÃO, M. J. (2006). *Israel X Palestina - Origens, História e Actualidade do Conflito*. São Paulo: Revan.

BICKERTON, I. e. (2002). *A concise History of the Arab-Israeli Conflict*. New Jersey: Prentice Hall.

CID, E. P. (2007). *Planeamento Tático e Tomada de Decisão, PDE 5-00*. Évora: Exército Português.

CORDESMAN, A. H. (1990). *The Lessons of Modern War. Volume I: The Arab-Israeli Conflicts, 1973-1989*. Boulder, CO: Westview Press.

COUTO, G. A. (1988). *Elementos da Estratégia - Apontamentos para um Curso Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

DOWTY, A. (1984). *Middle East Crisis: U.S. Decision.Making in 1958, 1970, and 1973*. Berkeley: University of California Press.

GAWRYCH, G. W. (2000). *The Albatross of Decisive Victory: War and Policy Between Egypt and Israel in the 1967 and 1973 Arab-Israeli Wars*. Westport, CT: Greenwood Press.

GILBERT, M. (1998). *A História de Israel*. Lisboa: Edições 70.

GRABBE, L. L. (1997). *Can a 'History of Israel' Be Written?* Sheffield: Sheffield Academic Press.

LIEBMAN, C. S. (1993). The Myth of Defeat: The Memory of the Yom Kippur War in Israeli Society. In C. S. LIEBMAN, *Middle Eastern Studies* (pp. 399-418). Londres: Frank Cass.

## 2.4. OBRAS ESPECÍFICAS SOBRE A GUERRA DO YOM KIPPUR

ALLEN, P. (1982). *The Yom Kippur War*. Nova Iorque: Scribner.

BAR-JOSEPH, U. (2005). *The Watchman Fell Asleep: The surprise of Yom Kippur and its Sources*. Nova Iorque: State University of New York Press.

HERZOG, G. C. (1977). *A Guerra do Yom Kippur*. Boston: Random House.

KREIS, J. F. (1988). The October War: 1973. In J. F. KREIS, *Air Warfare and Air Base Defense, 1914-1973* (pp. 325-342).



REIDEL, B. (1976). Intelligence Failure in the October War. In B. University, *Monograph on National Security Affairs 1976* (pp. 50-85). Providence: Brown University Press.

## 2.5. SÍTIOS CONSULTADOS NA INTERNET

Área Militar. (2004). Obtido em 12 de 07 de 2011, de areamilitar.net:  
<http://www.areamilitar.net/HISTbcr.aspx?N=106>

BARD, M. (1991). *Jewish Virtual Library*. Obtido em 20 de Abril de 2011, de jewishvirtuallibrary.org:  
[http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/73\\_War.html](http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/73_War.html)

FALLIN, B. (2006). *Wingweb*. Obtido em 2011 de Abril de 2011, de www.wngweb.co.uk:  
[http://www.wingweb.co.uk/Images/332/German\\_Phantom\\_F-4F](http://www.wingweb.co.uk/Images/332/German_Phantom_F-4F)

FAS. (17 de Junho de 2000). *Federation of American Scientists*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de www.fas.org:  
<http://www.fas.org/nuke/guide/russia/airdef/mig-17.htm>

ISRAEL, M. (2 de Março de 2003). *Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de www.mfa.gov.il:  
<http://www.mfa.gov.il/MFA/Facts+About+Israel/State/Levi+Eshkol.htm>

KEY PUBLISHING. (2010). Obtido em 30 de Abril de 2011, de Key Publishing Forum:  
<http://forum.keypublishing.com/showthread.php?t=95557&page=7>

MACHADO, A. (20 de Outubro de 2010). *Geografia do Alfredo*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de www.geografiadoalfredo.blogspot.com:  
<http://geografiadoalfredo.blogspot.com/2010/10/oriente-medio.html>

NANN, P. (1 de Julho de 2011). *Vector Site*. Obtido em 20 de Julho de 2011, de www.vectorsite.net:  
[http://www.vectorsite.net/avsu17\\_1.html#m1](http://www.vectorsite.net/avsu17_1.html#m1)

OLIVE, D. (11 de Julho de 2011). *Olive Drab*. Obtido em 27 de Julho de 2011, de www.olive-drab.com:  
[http://www.olive-drab.com/idphoto/id\\_photos\\_m60.php](http://www.olive-drab.com/idphoto/id_photos_m60.php)



PALMA, J. (07 de Fevereiro de 2010). *Enciclopédia*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de [www.encyclopédia.com.pt](http://www.encyclopédia.com.pt):  
[http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article\\_id=1388](http://www.encyclopedia.com.pt/articles.php?article_id=1388)

RICHARDSON, M. R. (1991). *Global Security*. Obtido em 20 de Abril de 2011, de [GlobalSecurity.org](http://www.GlobalSecurity.org):  
<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1991/RRC.htm>

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2009) *Organização das Nações Unidas*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de [www.un.org](http://www.un.org):  
<http://www.un.org/documents/scres.htm>

VÁRIOS. (2011). *Military Photos*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de [www.militaryphotos.net](http://www.militaryphotos.net):  
<http://www.militaryphotos.net/forums/showthread.php?150685-Centurion-Tank-pics>

VÁRIOS. (1999). *Nation Master*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de [www.nationmaster.com](http://www.nationmaster.com):  
<http://maps.nationmaster.com/country/is/1>

WRIGHT, P. (1987). *Spartacus*. Obtido em 30 de Abril de 2011, de [www.spartacus.schoolnet.co.uk](http://www.spartacus.schoolnet.co.uk):  
<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/2WWnasser.htm>



## ANEXO A – FONTES PRIMÁRIAS

### Documento 1 – Resolução 242 de 22Nov1967 do Conselho de Segurança da ONU.

Fonte: Base de Dados Digital da ONU.

#### Decisions

At its 1373rd meeting, on 9 November 1967, the Council decided to invite the representatives of the United Arab Republic, Israel and Jordan to participate, without vote, in the discussion of the item entitled "The situation in the Middle East: Letter dated 7 November 1967 from the Permanent Representative of the United Arab Republic addressed to the President of the Security Council (S/8226)".<sup>11</sup>

At its 1375th meeting, on 13 November 1967, the Council decided to invite the representative of Syria to participate, without vote, in the discussion of the question.

#### Resolution 242 (1967)

of 22 November 1967

*The Security Council,*

*Expressing* its continuing concern with the grave situation in the Middle East,

*Emphasizing* the inadmissibility of the acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in which every State in the area can live in security,

*Emphasizing further* that all Member States in their acceptance of the Charter of the United Nations have undertaken a commitment to act in accordance with Article 2 of the Charter,

1. *Affirms* that the fulfilment of Charter principles requires the establishment of a just and lasting peace in the Middle East which should include the application of both the following principles:

- (i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict;
- (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgement of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the area and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force;

2. *Affirms further* the necessity

(a) For guaranteeing freedom of navigation through international waterways in the area;

(b) For achieving a just settlement of the refugee problem;

(c) For guaranteeing the territorial inviolability and political independence of every State in the area,

<sup>11</sup> *Ibid.*

#### Décisions

A sa 1373<sup>e</sup> séance, le 9 novembre 1967, le Conseil a décidé d'inviter les représentants de la République arabe unie, d'Israël et de la Jordanie à participer, sans droit de vote, à la discussion de la question intitulée "La situation au Moyen-Orient : Lettre, en date du 7 novembre 1967, adressée au Président du Conseil de sécurité par le représentant permanent de la République arabe unie (S/8226<sup>11</sup>)".

A sa 1375<sup>e</sup> séance, le 13 novembre 1967, le Conseil a décidé d'inviter le représentant de la Syrie à participer, sans droit de vote, à la discussion de la question.

#### Résolution 242 (1967)

du 22 novembre 1967

*Le Conseil de sécurité,*

*Exprimant* l'inquiétude que continue de lui causer la grave situation au Moyen-Orient,

*Soulignant* l'inadmissibilité de l'acquisition de territoire par la guerre et la nécessité d'œuvrer pour une paix juste et durable permettant à chaque Etat de la région de vivre en sécurité,

*Soulignant en outre* que tous les Etats Membres, en acceptant la Charte des Nations Unies, ont contracté l'engagement d'agir conformément à l'Article 2 de la Charte,

1. *Affirme* que l'accomplissement des principes de la Charte exige l'instauration d'une paix juste et durable au Moyen-Orient qui devrait comprendre l'application des deux principes suivants :

- i) Retrait des forces armées israéliennes des territoires occupés lors du récent conflit;
- ii) Cessation de toutes assertions de belligérance ou de tous états de belligérance et respect et reconnaissance de la souveraineté, de l'intégrité territoriale et de l'indépendance politique de chaque Etat de la région et de leur droit de vivre en paix à l'intérieur de frontières sûres et reconnues à l'abri de menaces ou d'actes de force;

2. *Affirme en outre* la nécessité

a) De garantir la liberté de navigation sur les voies d'eau internationales de la région;

b) De réaliser un juste règlement du problème des réfugiés;

c) De garantir l'inviolabilité territoriale et l'indépendance politique de chaque Etat de la région, par

<sup>11</sup> *Ibid.*



through measures including the establishment of demilitarized zones;

3. *Requests* the Secretary-General to designate a Special Representative to proceed to the Middle East to establish and maintain contacts with the States concerned in order to promote agreement and assist efforts to achieve a peaceful and accepted settlement in accordance with the provisions and principles in this resolution;

4. *Requests* the Secretary-General to report to the Security Council on the progress of the efforts of the Special Representative as soon as possible.

*Adopted unanimously at the 1382nd meeting.*

#### Decision

On 8 December 1967, the following statement which reflected the view of the members of the Council was circulated by the President as a Security Council document (S/8289):<sup>12</sup>

“As regards document S/8053/Add.3,<sup>12</sup> brought to the attention of the Security Council, the members, recalling the consensus reached at its 1366th meeting on 9 July 1967, recognize the necessity of the enlargement by the Secretary-General of the number of observers in the Suez Canal zone and the provision of additional technical material and means of transportation.”

des mesures comprenant la création de zones démilitarisées;

3. *Prie* le Secrétaire général de désigner un représentant spécial pour se rendre au Moyen-Orient afin d'y établir et d'y maintenir des rapports avec les Etats intéressés en vue de favoriser un accord et de seconder les efforts tendant à aboutir à un règlement pacifique et accepté, conformément aux dispositions et aux principes de la présente résolution;

4. *Prie* le Secrétaire général de présenter aussitôt que possible au Conseil de sécurité un rapport d'activité sur les efforts du représentant spécial.

*Adoptée à l'unanimité à la 1382<sup>e</sup> séance.*

#### Décision

Le 8 décembre 1967, le Président a fait distribuer, en tant que document du Conseil (S/8289<sup>12</sup>), la déclaration ci-après qui reflétait l'avis des membres du Conseil :

“En ce qui concerne le document S/8053/Add.3<sup>12</sup>, soumis à l'attention du Conseil de sécurité, les membres de celui-ci, rappelant le consensus intervenu à sa 1366<sup>e</sup> séance, le 9 juillet 1967, reconnaissent la nécessité de l'accroissement, par le Secrétaire général, du nombre des observateurs dans le secteur du canal de Suez et de la mise à la disposition de ceux-ci de matériel technique et de moyens de transport supplémentaires.”

### THE CYPRUS QUESTION<sup>13</sup>

#### Decision

At its 1362nd meeting, on 19 June 1967, the Council decided to invite the representatives of Cyprus, Turkey and Greece to participate, without vote, in the discussion of the item entitled “Letter dated 26 December 1963 from the Permanent Representative of Cyprus addressed to the President of the Security Council (S/5488):<sup>14</sup> report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Cyprus (S/7969).<sup>15</sup>”

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> Resolutions or decisions on this question were also adopted in 1963, 1964, 1965 and 1966.

<sup>14</sup> See *Official Records of the Security Council, Eighteenth Year, Supplement for October, November and December 1963.*

<sup>15</sup> *Ibid.*, *Twenty-second Year, Supplement for April, May and June 1967.*

### LA QUESTION DE CHYPRE<sup>13</sup>

#### Décision

A sa 1362<sup>e</sup> séance, le 19 juin 1967, le Conseil a décidé d'inviter les représentants de Chypre, de la Turquie et de la Grèce à participer, sans droit de vote, à la discussion de la question intitulée “Lettre, en date du 26 décembre 1963, adressée au Président du Conseil de sécurité par le représentant permanent de Chypre (S/5488<sup>14</sup>) : rapport du Secrétaire général sur l'Opération des Nations Unies à Chypre (S/7969<sup>15</sup>).”

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> Question ayant fait l'objet de résolutions ou décisions de la part du Conseil en 1963, 1964, 1965 et 1966.

<sup>14</sup> Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, dix-huitième année, Supplément d'octobre, novembre et décembre 1963.*

<sup>15</sup> *Ibid.*, *vingt-deuxième année, Supplément d'avril, mai et juin 1967.*



## Documento 2 – Resolução 338 de 22Out1973 do Conselho de Segurança da ONU.

Fonte: Base de Dados Digital da ONU.

At its 1736th meeting, on 13 August 1973, the Council decided to invite the representatives of Lebanon, Israel, Egypt and Iraq to participate, without vote, in the discussion of the item entitled "The situation in the Middle East: Letter dated 11 August 1973 from the Permanent Representative of Lebanon to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/10983)".<sup>24</sup>

At its 1737th meeting, on 14 August 1973, the Council decided to invite the representative of Democratic Yemen to participate, without vote, in the discussion of the question.

### Resolution 337 (1973) of 15 August 1973

*The Security Council,*

*Having considered* the agenda contained in document S/Agenda/1736,

*Having noted* the contents of the letter from the Permanent Representative of Lebanon addressed to the President of the Security Council (S/10983),

*Having heard* the statement of the representative of Lebanon concerning the violation of Lebanon's sovereignty and territorial integrity and the hijacking, by the Israeli air force, of a Lebanese civilian airliner on lease to Iraqi Airways,<sup>25</sup>

*Gravely concerned* that such an act carried out by Israel, a Member of the United Nations, constitutes a serious interference with international civil aviation and a violation of the Charter of the United Nations,

*Recognizing* that such an act could jeopardize the lives and safety of passengers and crew and violates the provisions of international conventions safeguarding civil aviation,

*Recalling* its resolutions 262 (1968) of 31 December 1968 and 286 (1970) of 9 September 1970,

1. *Condemns* the Government of Israel for violating Lebanon's sovereignty and territorial integrity and for the forcible diversion and seizure by the Israeli air force of a Lebanese airliner from Lebanon's air space;

2. *Considers* that these actions by Israel constitute a violation of the Lebanese-Israeli Armistice Agreement of 1949, the cease-fire resolutions of the Security Council of 1967, the provisions of the Charter of the United Nations, the international conventions on civil aviation and the principles of international law and morality;

3. *Calls* on the International Civil Aviation Organization to take due account of this resolution when considering adequate measures to safeguard international civil aviation against these actions;

<sup>24</sup> *Ibid.*, Supplement for July, August and September 1973.

<sup>25</sup> *Ibid.*, Twenty-eighth Year, 1736th meeting.

4. *Calls* on Israel to desist from any and all acts that violate Lebanon's sovereignty and territorial integrity and endanger the safety of international civil aviation and solemnly warns Israel that, if such acts are repeated, the Council will consider taking adequate steps or measures to enforce its resolutions.

*Adopted unanimously at the 1740th meeting*

### Decisions

At its 1743rd meeting, on 8 October 1973, the Council decided to invite the representatives of Egypt, Israel and the Syrian Arab Republic to participate, without vote, in the discussion of the item entitled "The situation in the Middle East: Letter dated 7 October 1973 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/11010)".<sup>26</sup>

At its 1745th meeting, on 11 October 1973, the Council decided to invite the representatives of Nigeria and Saudi Arabia to participate, without vote, in the discussion of the item.

### Resolution 338 (1973) of 22 October 1973

*The Security Council*

1. *Calls upon* all parties to the present fighting to cease all firing and terminate all military activity immediately, no later than 12 hours after the moment of the adoption of this decision, in the positions they now occupy;

2. *Calls upon* the parties concerned to start immediately after the cease-fire the implementation of Security Council resolution 242 (1967) in all of its parts;

3. *Decides* that, immediately and concurrently with the cease-fire, negotiations shall start between the parties concerned under appropriate auspices aimed at establishing a just and durable peace in the Middle East.

*Adopted at the 1747th meeting by 14 votes to none<sup>27</sup>*

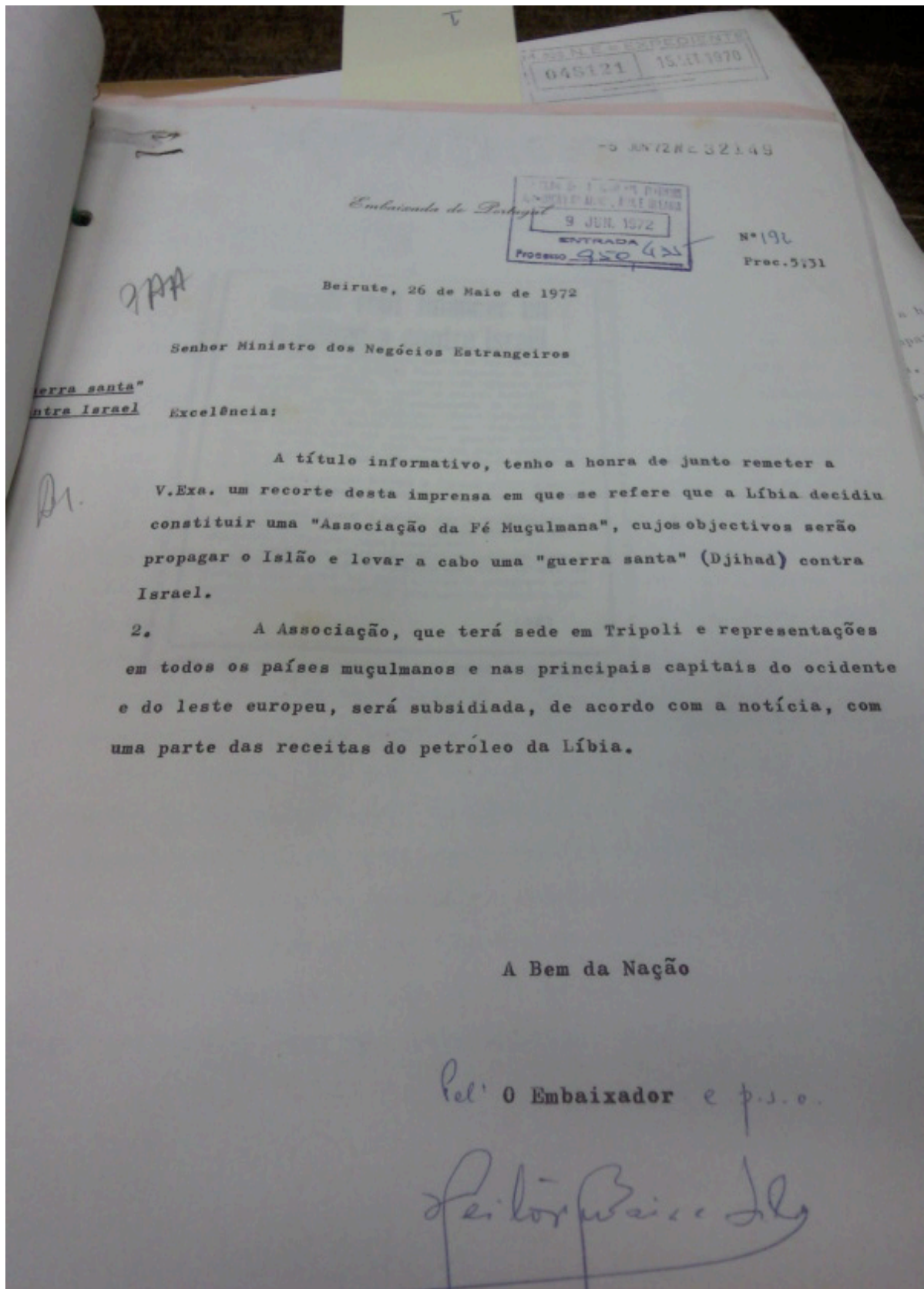
<sup>26</sup> *Ibid.*, Twenty-eighth Year, Supplement for October, November and December 1973.

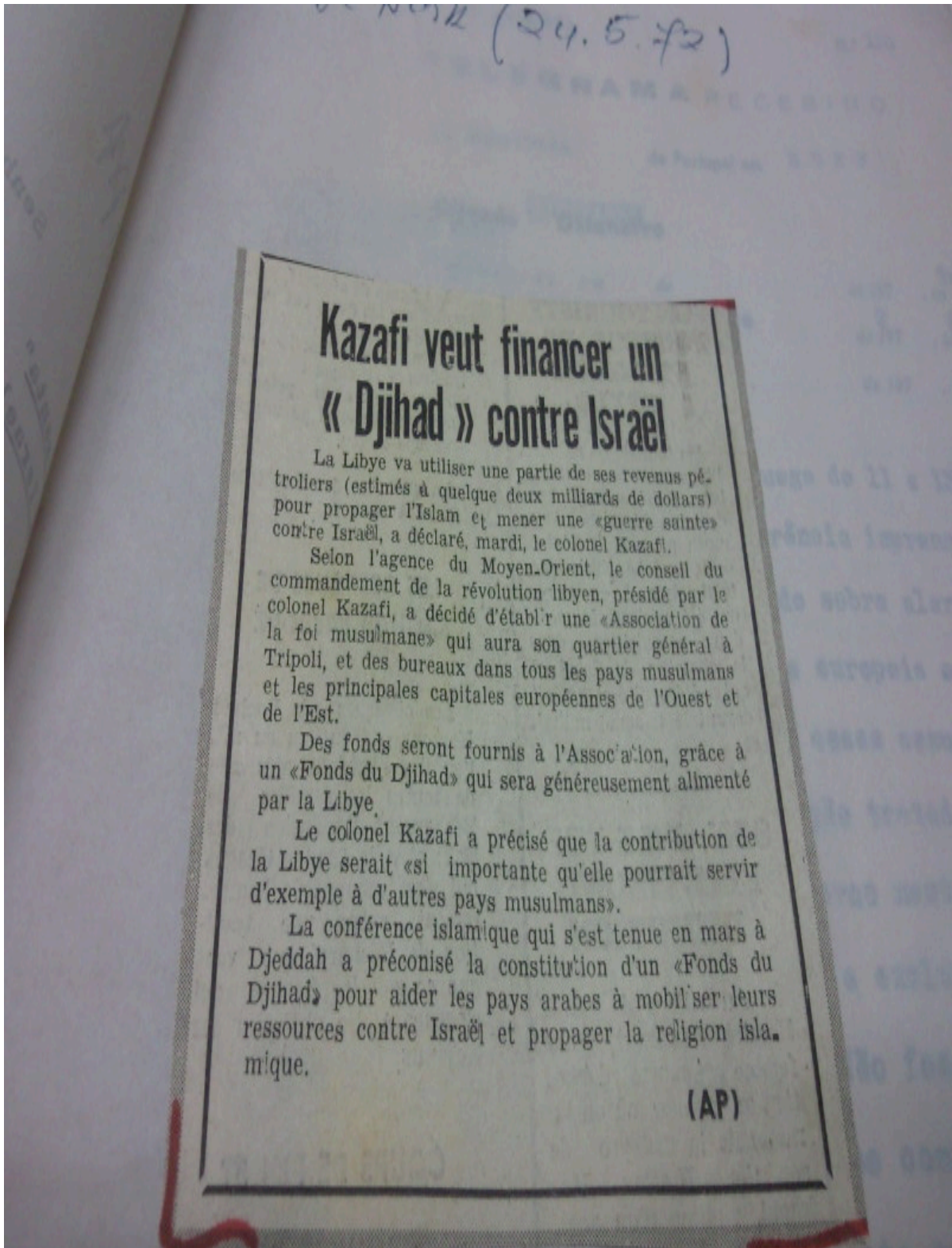
<sup>27</sup> One member (China) did not participate in the voting.



Documento 3 – Ofício nº 192 de 26 de Maio de 1972 da Embaixada Portuguesa em Beirute.

Fonte: PAA 996, AHD.

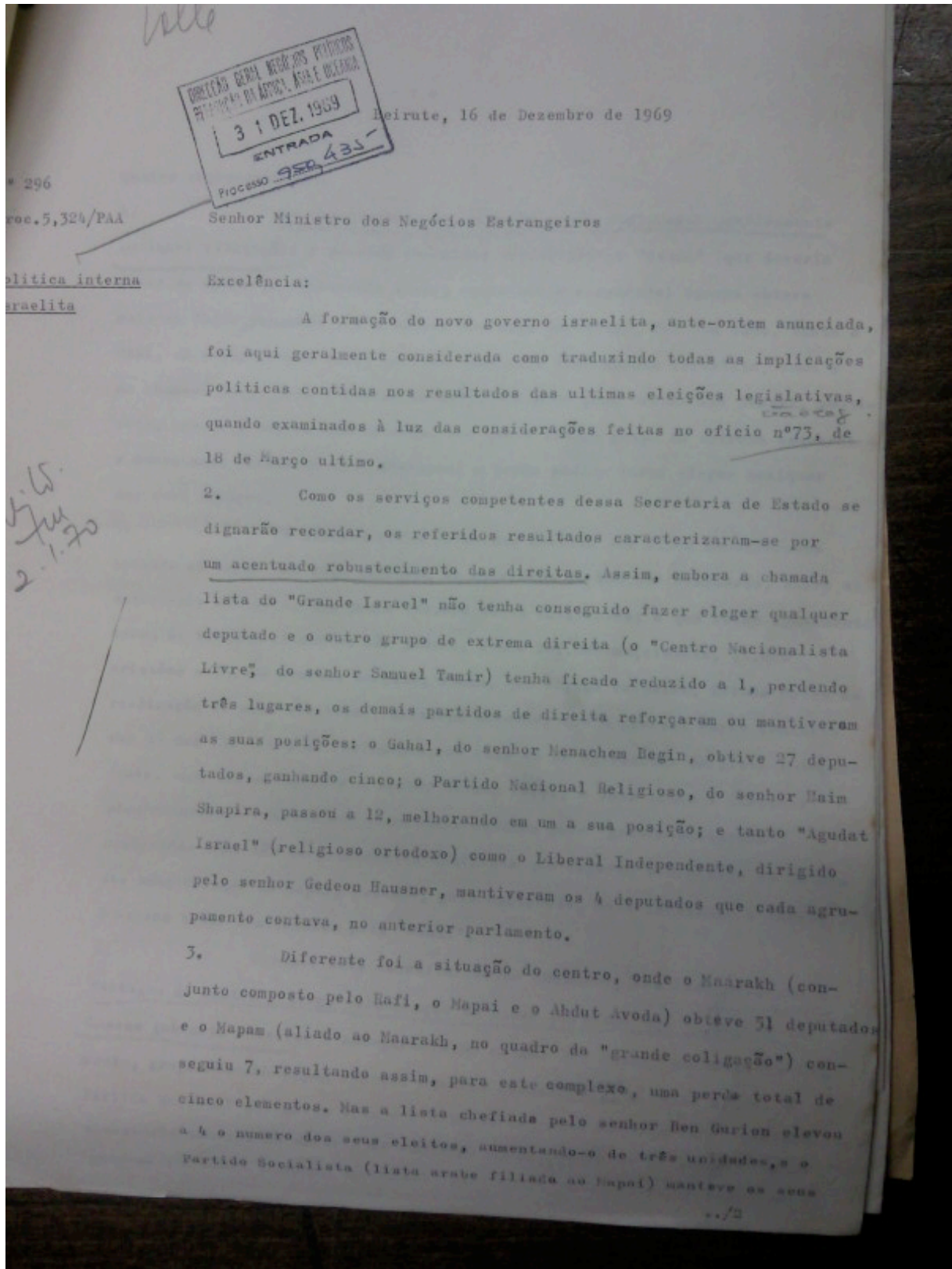






Documento 4 – Ofício nº 296 de 16 de Dezembro de 1969 da Embaixada Portuguesa em Telavive.

Fonte: PAA 996, AHD.





*Embaicada de Portugal*

- 3 -

quinto da Câmara; e estão ainda por prover os departamentos da Saúde e da Imigração, visto os dois representantes de Napam só terem aceite ministérios sem pasta, os quais atingiram deste modo o numero de quatro, com os dois outros atribuidos ao Gahal.

7. A principal dificuldade, na constituição do gabinete, consistiu em conciliar os pontos de vista opostos de Napam com o Gahal, que opera em fundo entendimento com o Partido Nacional Religioso. Mas são igualmente conhecidas as divergencias que separam os senhor Aba Eban e Pinhas Sapir, Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, dos senhores Moshe Dayan e Yigal Allon, Ministro da Defesa e Vice Presidente do Conselho, que - embora opostos entre si (anexo nº2) - não partilham da tendencia moderada dos dois primeiros, para quem só o Golan sirio e o sector oriental de Jerusalem (acrescidos de uma "presença israelita" em Chara el Cheik) não seriam negociaveis.

8. Parece em todo o caso inegável que a tendencia geral, no novo gabinete, seja para um relativo "endurecimento", sobretudo levando em consideração que não só o "Gahal" alargou a sua representação - e fez contar, entre os seus ministros, o general Ezer Weizman, criador da força aerea israelita, agora titular da pasta dos Transportes - como o senhor Shimon Peres, ligado ao general Dayan, foi nomeado ministro dos Assuntos Arabes. E afigura-se legitimo concluir que, ao afastar cinco elementos do anterior gabinete e admitir seis politicos a quem nunca haviam, até agora, sido atribuidos cargos ministeriais, a senhora Golda Meir constituiu um governo que, obedecendo a subtile imperativos de equilibrio partidario, acabou por traduzir, adequadamente, as mais evidentes tendencias expressas pelo eleitorado.

A Bem da Voz,



( 15-12-69 )  
**Le nouveau gouvernement Meir**

Voici la liste du nouveau gouvernement :

— Président du Conseil	<u>Mme Golda Meir</u> (travailliste)
— Vice-président du Conseil Education et Culture	<u>Yigal Allon</u> (travailliste)
— Affaires étrangères	Abba Eban (travailliste)
— Défense	<u>Moshé Dayan</u> (travailliste)
— Finances	Pinhas Sapir (travailliste)
— Information	Israel Galili (travailliste)
— Travail	Yossef Almogui (travailliste)
— Affaires arabes	Shimon Peres (travailliste)
— Habitat	Zeev Sharef (travailliste)
— Justice	Yaacov Shapira (travailliste)
— Police	Shlomo Hillel (travailliste)
— Agriculture	Hayim Gvati (travailliste)
— Sans portefeuille	Victor Chemtov (Mapam )
— Sans portefeuille	Israel Brazilai (Mapam )
— Intérieur	Hayim Shapira (religieux )



Documento 5 – Circular de 28 de Janeiro de 1971 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Fonte: PAA 996, AHD.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Proc. 950,30 e 950,435

CIRCULAR PAA 5

Lisboa, 28 de Janeiro de 1971

*A todas as Embaixadas Dipl. e Consulats*

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que em Fevereiro do ano passado o Presidente Gamal Nasser numa entrevista concedida ao jornal "Le Monde", <sup>admitiu</sup> não só o reconhecimento de Israel como Estado, ~~mas~~ também a abertura de relações diplomáticas, para a hipótese de uma solução pacífica do actual conflito no Médio Oriente.

2. Na primeira semana de Janeiro corrente, o Presidente Al Sadate confirmou não sómente a concessão à hipótese de um reconhecimento, mas recusou enfaticamente a do estabelecimento de relações diplomáticas. Renegando a promessa do Raís, do qual aliás se diz repetidamente um seguidor fiel, o actual Presidente responsabiliza-se por um futuro que lhe não pertence exclusivamente. E acrescenta: "Relações diplomáticas, nunca".

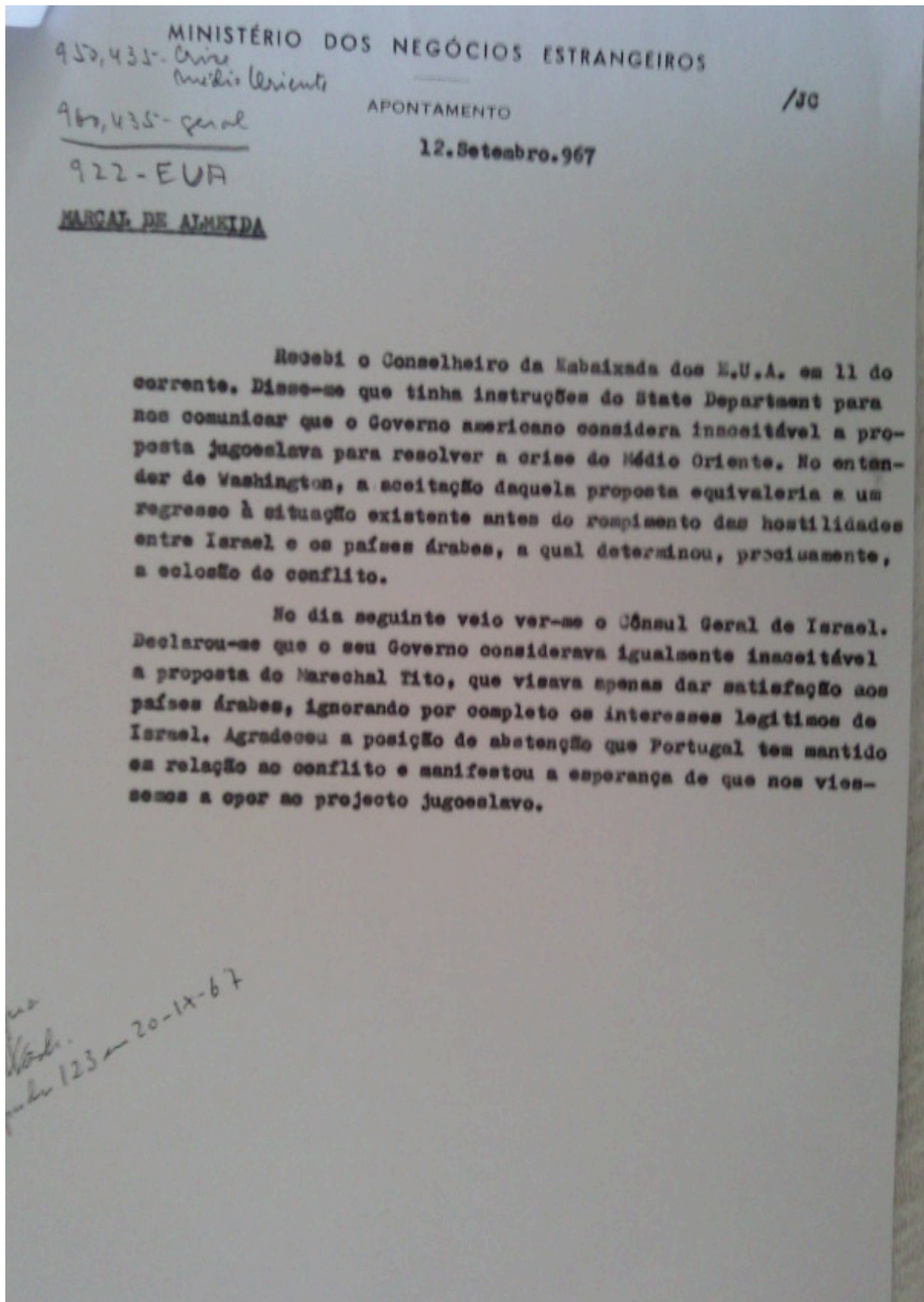
3. O Presidente Nasser preocupou-se, até aos últimos dias da sua vida, com a concretização do programa socialista-progressista que havia delineado e adoptado. Coerente com esta atitude, procedera, ainda há um ano, a uma nova redistribuição de terras.

/...



Documento 6 - Apontamento de Marçal de Almeida de 12 de Setembro de 1967.

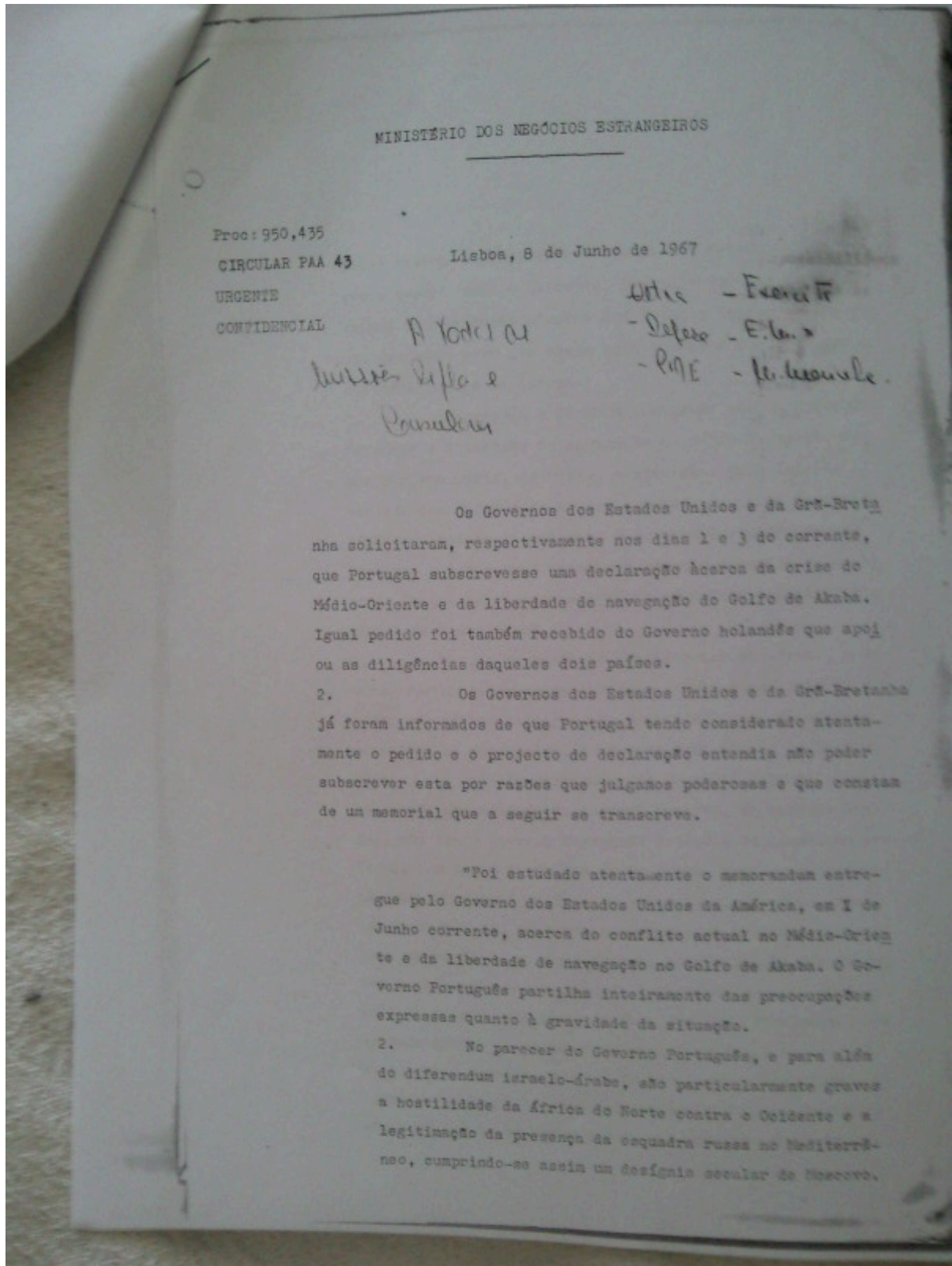
Fonte: PAA 8, AHD.





Documento 7 – Circular de 8 de Junho de 1967 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Fonte: PAA 43, AHD.





2.

Estes factos significam que aquele mar deixou de ser livre e seguro para o Ocidente. Deseja o Governo Português chamar a atenção do Governo dos Estados Unidos para o condicionalismo novo que assim está criado e que dominará a história futura da Europa.

3. Compreende o Governo Português que se pretenda defender a liberdade de navegação no Golfo de Akaba. Sem pre por sua parte, de resto, sustentou o princípio da liberdade dos mares e do acesso a estes por parte de territórios ou países interiores. O Governo Português deseja registar o seu apreço perante a posição assumida pelos Es tados Unidos no citado memorandum em defesa daqueles prin cípios de ordem geral.

4. No que respeita ao conflito israelo-árabe, o Go verno Português sente-se obrigado a entrar em linha de conta com vários factores. Em primeiro lugar, e conforme se afirma no memorandum, o assunto está afecto às Nações Unidas, e a posição particular de Portugal perante aque las impõe uma atitude de natural reserva. Em segundo lu gar, não tem o Governo Português relações diplomáticas com Israel nem com a República Árabe Unida, podendo afirmar-se não ser amistosa a atitude de ambos aqueles países para com Portugal, não obstante a tradicional amizade entre o povo português e os povos árabes, cuja relegião é a de mui tos portugueses, e da completa integração na vida nacional portuguesa de comunidades de raça judaica. Finalmente, uma atitude contra ou em favor de uma ou de outra das partes na disputa poderia, por via de retaliação, prejudicar interesses portugueses para cuja defesa o Governo Português não está seguro de obter depois a cooperação de terceiros.

.../



3.

Nestas circunstâncias, compreender-se-á a impossibilidade de o Governo Português de subscrever documentos que se alheem das considerações acima expostas.

5. O Governo Português deseja exprimir o seu muito apreço pelos esforços enviados pelo Governo dos Estados Unidos em favor da paz e de uma solução justa do conflito, e manifestar a esperança no bom êxito dos mesmos./.

Lisboa, 6 de Junho de 1967 "

A bem da Nação

João de Deus



## ANEXO B – FIGURAS



**Figura 1** – Golda Meir.



**Figura 2** – Moshe Dayan.



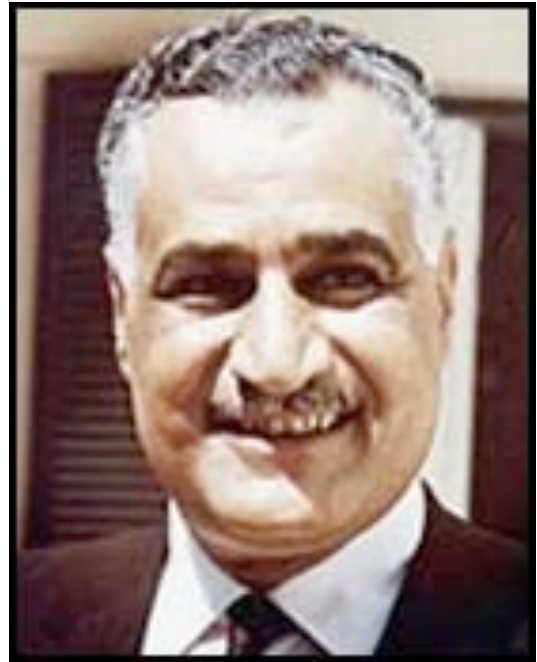
**Figura 3** – Yigal Allon.



**Figura 4** – Levi Eshkol



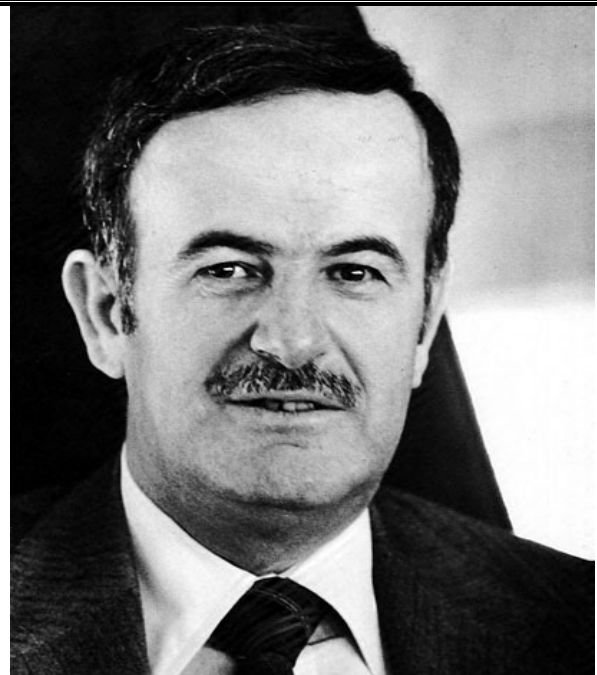
**Figura 5** – Lyndon Johnson.



**Figura 6** – Gamal Abdel Nasser.



**Figura 7** – Anwar Sadat



**Figura 8** – Hafez al-Assad.



## Israel and Neighboring States



801449 (A00593) 1-90

Figura 9 – Mapa da região do Médio Oriente.



Figura 10 – Mapa de Israel antes da Guerra dos Seis Dias.



Figura 11 – Mapa de Israel depois da Guerra dos Seis Dias, com territórios anexados.



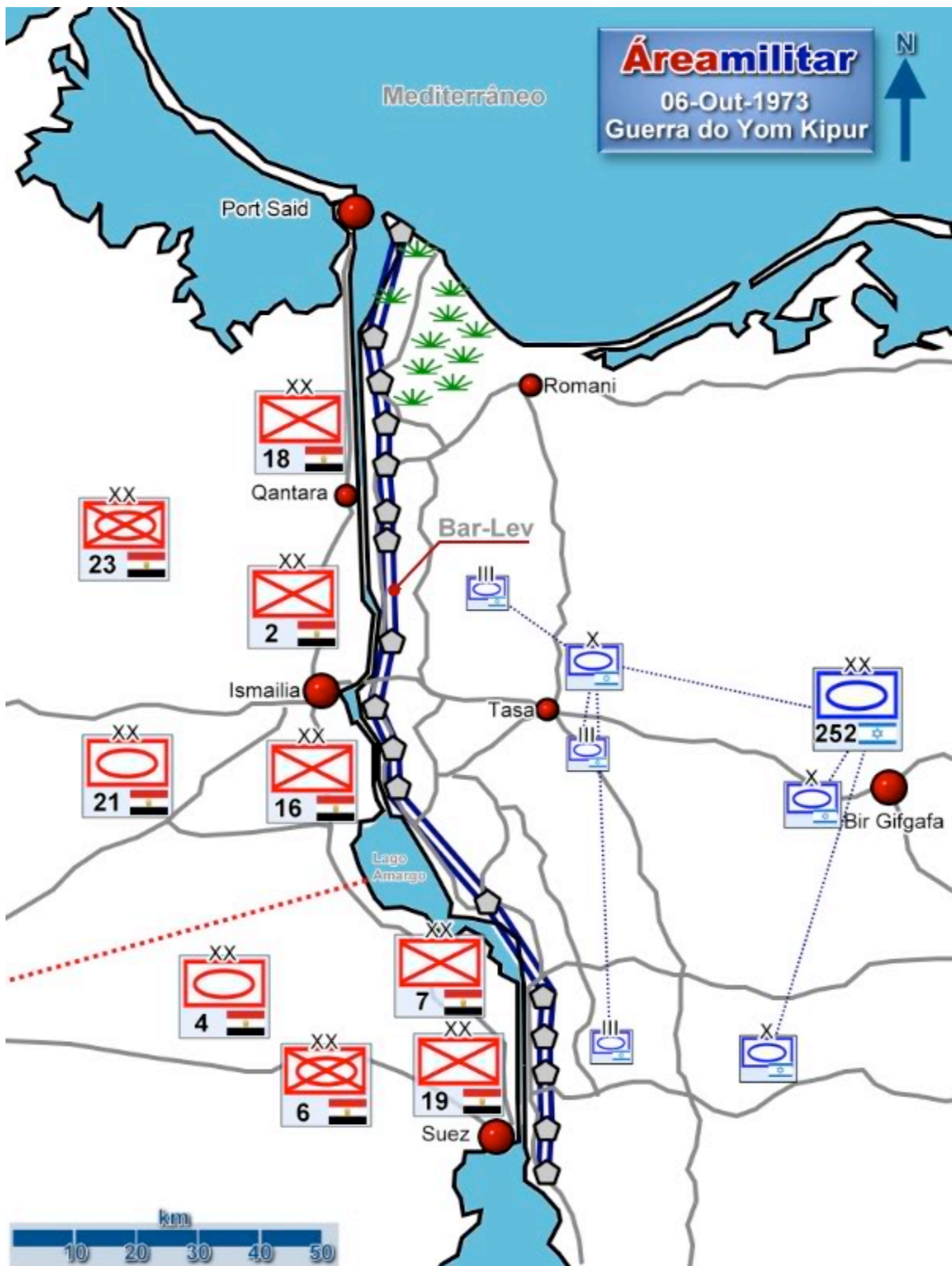


Figura 14 – Frente Sul da Guerra do Yom Kippur.



Figura 15 – Vista aérea do Canal do Suez.



Figura 16 – Linha de Bar-Lev.



**Figura 17 – Caça Skyhawk.**



**Figura 18 – Caça Phantom.**



**Figura 19 – Caça Mystere.**



**Figura 20 – Caça Mirage.**



**Figura 21** – Carro de Combate M60.



**Figura 22** – Carro de Combate M48.



**Figura 23** – Carro de Combate Centurion.



**Figura 24** – Obus Auto propulsado Sherman M50 155mm.



**Figura 25** – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal M113.



**Figura 26** – Caça MiG 17.



**Figura 27** – Caça MiG 19.



SUKHOI SU-7U "MOUJIK"  
image copyright Paul Nann (<http://www.paulnann.com>)

**Figura 28** – Caça Su 7B.



**Figura 29** – Caça MiG 21.



**Figura 30** – Helicóptero de Combate Mi8.



**Figura 31** – Carro de Combate IS 3.



**Figura 32** – Carro de Combate T-54.



**Figura 33** – Carro de Combate T-62.



**Figura 34** – Viatura de Combate de Infantaria BTR-152.



**Figura 35** – Viatura de Combate de Infantaria BTR-60.



**Figura 36** – Viatura de Combate de Infantaria BTR-50.



**Figura 37** – Viatura de Combate de Infantaria BMP-1.



**Figura 38** – Canhão rebocado de 152mm.



**Figura 39** – Canhão rebocado de 122mm.



**Figura 40** – Sistema lança mísseis antiaéreo SA-6.



## ANEXO C – QUADROS E TABELAS

	ISRAEL	EGIPTO	SÍRIA	TOTAL
Homens	415 000	800 000	210 000	1 425 000
CC's	1500	2400	2100	6000
VCI's	3000	2400	1350	6750
Bocas-de-fogo	945	1120	800	2865
Aeronaves	560	690	420	1670
Helicópteros	84	161	36	281
Embarcações	38	104	21	163

**Tabela 1** - Militares projectados no TO da Guerra do Yom Kippur.  
Fonte: <http://www.globalsecurity.org>

	ISRAEL	EGIPTO	SÍRIA	TOTAL
Mortes	2650	15 000	8500	26 150
Feridos	7250	35 000	20 000	62 250
Prisioneiros	290	8750	2500	11 540
CC destruídos	1000	2250	1800	5050
Aeronaves destruídas	102	514	430	1046

**Tabela 2** – Baixas provocadas pela Guerra do Yom Kippur.  
Fonte: <http://www.globalsecurity.org>